

USINA CAETÉ S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

USINA CAETÉ S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Comentário de desempenho

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais intermediários individuais e consolidados

Demonstrações do resultado intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias individuais e consolidadas

Demonstrações do valor adicionado intermediárias individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

Senhores Acionistas,

A administração da Usina Caeté S/A, de acordo com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. S.Sa. o Relatório da Administração, juntamente com as Demonstrações Financeiras e os pareceres dos Auditores Independentes, compreendendo o período de 31 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2025, as quais são apresentadas com dados consolidados e alcançam as práticas contábeis adotadas no Brasil através dos pronunciamentos dos CPCs, como também aos padrões estabelecidos no IFRS – International Reporting Standards, nas normas internacionais de contabilidade.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A safra 2025/2026 iniciou com boas expectativas de produção fruto de um manejo adequado da matéria prima. Há uma redução de volume processado de fornecedores de cana, comparando o mesmo período anterior, fruto das condições climáticas no período de entressafra do NE, com predominância de poucas chuvas no mês de abril e maio. A conclusão da fábrica de açúcar na unidade Paulicéia/SP foi o maior desafio e graças a competente equipe, já colhe seus resultados desde abril 2025, modificando consideravelmente o mix de produção do grupo. Este ciclo de moagem será bastante desafiador, sobretudo pelos posicionamentos de preços no mercado internacional de açúcar. Ainda há o desafio de melhorarmos a produtividade agrícola nas unidades do nordeste, através de nosso plano de ampliação de áreas irrigadas com aspersão, pivô e gotejamento que hoje já abrange aproximadamente 72% da área de colheita em Alagoas.

No cenário comercial o etanol vem apresentando preços bastante resilientes sem variações relevantes, ancorados pela competitividade frente à gasolina. Por outro lado, o direcionamento do açúcar no mercado interno como meta de agregação de valor, tem se mostrado acertado. Os desafios incluem desde o planejamento logístico, processo de empacotamento e se estendem até a melhoria dos resultados operacionais com a participação contínua dos nossos colaboradores, fornecedores, parceiros e acionistas, em sintonia de uma única nota: A da melhoria contínua. Em fevereiro/2026 conquistamos as certificações FSSC22000 e Bonsucro para nossas unidades, com foco em mercados cada vez mais exigentes.

2025/2026			
Mix de Produção	NE	SE	Consolidado
Açúcar	64%	51%	58%
Etanol de mel	24%	0%	14%
Etanol de cana	12%	49%	28%
	100%	100%	100%
2024/2025			
Mix de Produção	NE	SE	Consolidado
Açúcar	67%	0%	42%
Etanol de mel	21%	0%	13%
Etanol de cana	12%	100%	45%
	100%	100%	100%

Por fim, reiteramos nosso compromisso em edificar nosso crescimento em princípios que mantém unidas a tríade natureza-pessoas-empresa, na construção de um mundo melhor. A busca em adicionar valor ao acionista através de uma gestão responsável, escorados pela estrutura de capital humano, é nosso legado junto a clientes, parceiros, executivos e demais que compõem a Usina Caeté.

Nossos sinceros agradecimentos a todos.

/ DESEMPENHO OPERACIONAL

A Usina Caeté S/A, é uma sociedade anônima de capital fechado. Possui atualmente três unidades industriais em operação: Caeté em São Miguel dos Campos - AL, Marituba em Igreja Nova - AL, e Paulicéia em Pauliceia - SP. Atualmente, a Companhia tem capacidade instalada de processamento de 6,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar.

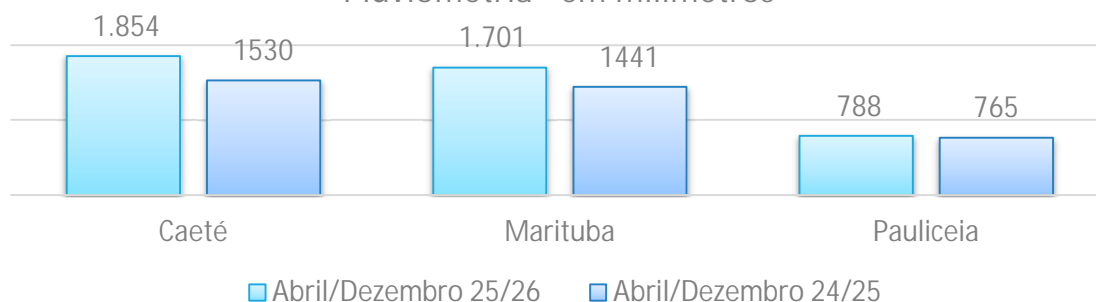
Capacidades x Moagem



1 – Pluviometria

Como estão em regiões distintas, as unidades do Nordeste apresentaram dados pluviométricos distintos da unidade de Paulicéia em SP.

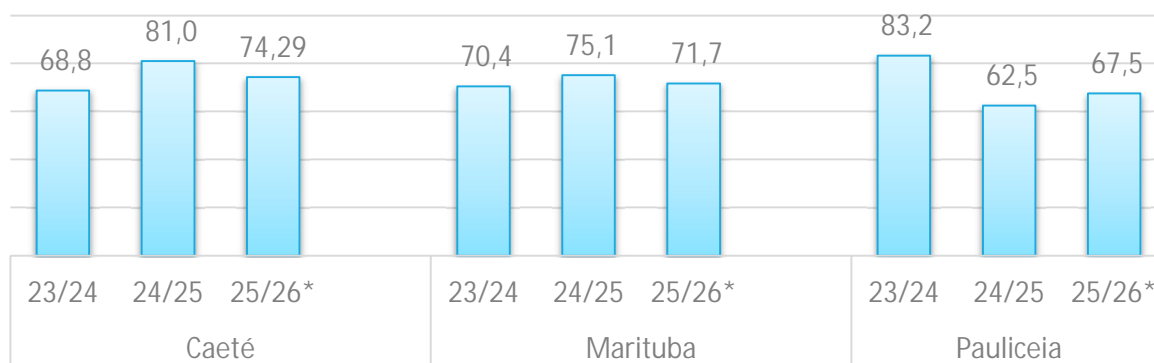
Pluviometria - em milímetros



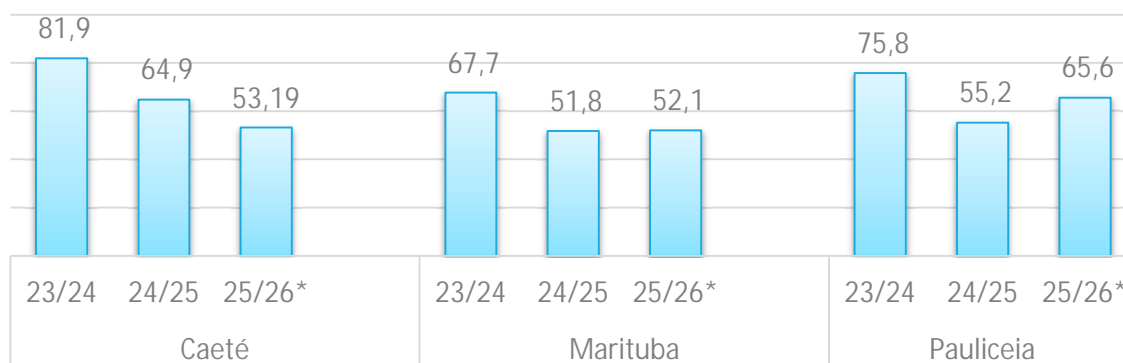
Os inícios de moagem em SP (abril) e em Alagoas (setembro) foram mais chuvosos que o mesmo período da safra passada, e apesar de demonstrar mais volume de chuvas, a distribuição foi irregular.

A produtividade média do acumulada da cana até dezembro/25 comparativamente com períodos fechados das últimas duas safras, tiveram o seguinte comportamento (* até 12/25):

TCH Cana Própria

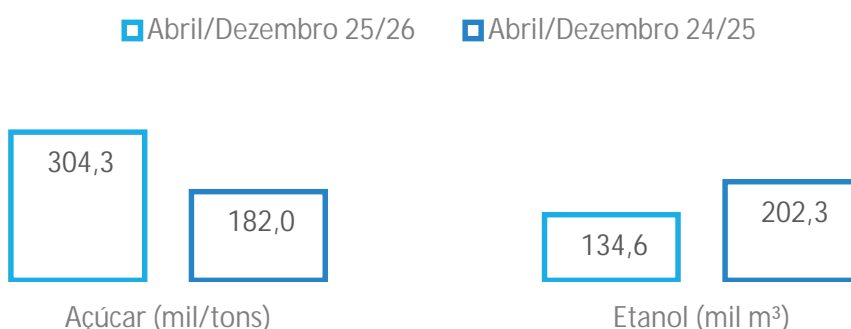


TCH Cana Fornecedor



No período, a produção de Etanol foi de 135 mil m³, 33% abaixo do volume produzido na safra anterior. Por outro lado, o açúcar cresceu 67%. A produção de açúcar, assim como a de etanol, tem sido afetada pelo início da produção de açúcar na unidade Pauliceia. A Companhia é autossuficiente na cogeração de energia em suas três unidades industriais.

Produção



Na safra 2025/2026 a companhia produziu e comercializou CBIOS, agregando valor ao preço médio do etanol. A comercialização desses certificados ocorre após a escrituração, principalmente com distribuidoras de combustíveis. Apesar da retração dos preços, este continua sendo um importante vetor de ajuste positivo de direcionamento do consumo para um produto limpo sob a ótica de descarbonização dos combustíveis.

Abril/24 a Dezembro 24

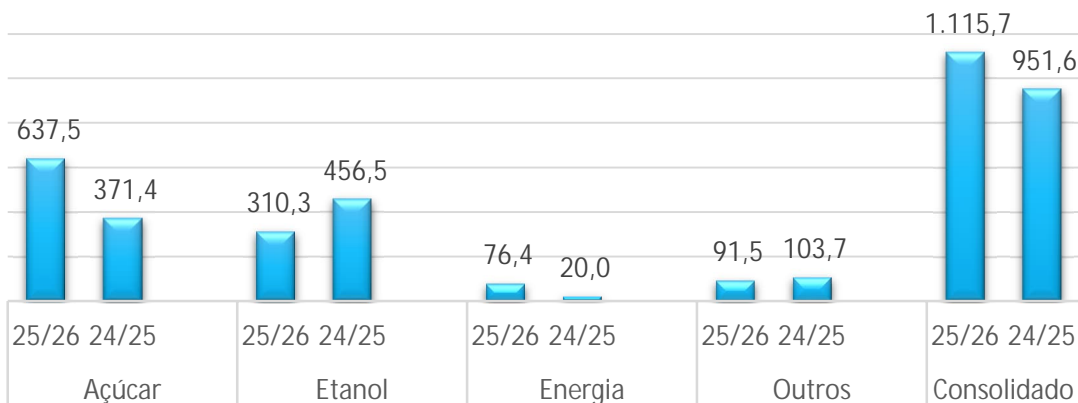
Unidade	Estoque		Vendas	PM	Receita	Premio
	Inicial	Geração			Bruta	Etanol
Caete	5.496	26.111	31.607	81,6	2.579.771	109,0
Marituba	1.043	26.925	27.968	78,1	2.184.033	76,9
Pauliceia	9.516	129.664	108.547	80,5	8.737.204	69,4
TOTAL	16.055	182.700	168.122	80,3	13.501.008	75,9

Abril/25 a Dezembro 25

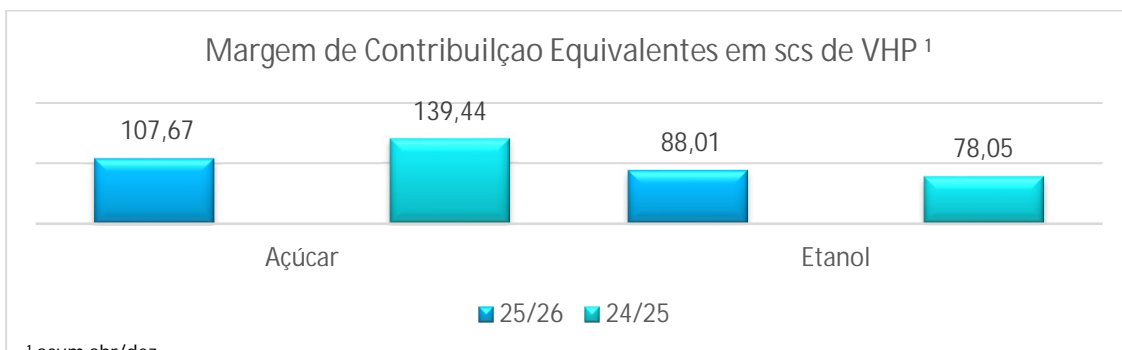
Unidade	Estoque		Vendas	PM	Receita	Premio
	Inicial	Geração			Bruta	Etanol
Caete	-	17.336	10.295	45,3	466.632	29,0
Marituba	-	18.621	11.791	46,0	542.391	24,1
Pauliceia	37.110	63.062	51.393	58,0	2.978.926	50,0
TOTAL	37.110	99.019	73.479	54,3	3.987.949	40,6

2 - Desempenhos Econômico e Financeiro

Receita Líquida - em R\$ milhões



O açúcar contribuiu em 57% do faturamento da empresa na safra 25/26 até a data, fruto basicamente da entrada das vendas da unidade Paulicéia/SP, o que impacta diretamente na redução na oferta de etanol e na redução da margem por se tratar de açúcar VHP para exportação. Houve uma variação não natural nas receitas de energia, fruto de uma operação financeira de compra e venda desse produto.



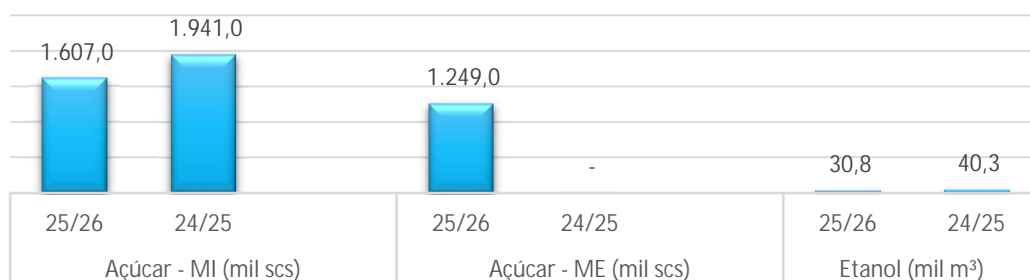
Volumes e Preços Comercializados

Açúcar		Etanol		Energia		CBIOS	
25/26	24/25	25/26	24/25	25/26	24/25	25/26	24/25
mil tons		mil mts ³		mwh		mil/un	
280,0	134,5	115,2	192,4	91,3	66,8	73,7	168,1
R\$ 2.429,0	R\$ 3.157,0	R\$ 3.280,0	R\$ 2.910,0	R\$ 201,7	R\$ 161,8	R\$ 54,3	R\$ 80,3

ESTOQUES

Os estoques de produtos acabados, fecharam com as seguintes movimentações:

Estoques



CUSTO DOS PRODUSTOS VENDIDOS

Os custos médios dos produtos tanto açúcar como etanol ainda sofrem por um início de moagem em Pauliceia com baixa eficiência, a qual passa a ser reestabelecida ao longo dos meses subsequentes.

	AÇÚCAR - R\$/SCS		ETANOL - R\$/M3	
	ABR - DEZ/25	ABR - DEZ/24	ABR - DEZ/25	ABR - DEZ/24
INDUSTRIAL	21,41	23,61	343,28	282,37
AGRÍCOLA	35,13	43,70	632,95	1.195,54
MATÉRIA PRIMA	42,43	46,90	521,86	794,69
CUSTO DO MEL	-	-	1.304,49	382,23
	98,97	114,21	2.802,58	2.654,83

Com o início da produção de açúcar em Pauliceia e o início da safra no NE com atraso, temos um reflexo de menor custo no açúcar em relação à safra anterior na mesma data e um custo maior de etanol, que será normalizado com o incremento da produção em Alagoas.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025 (9 meses)	31/12/2024 (9 meses)	31/12/2025 (9 meses)	31/12/2024 (9 meses)
Receita líquida	1.115.643	951.630	1.121.169	956.592
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(916.442)	(837.124)	(925.610)	846.077
Variação do valor justo do ativo biológico	-	46.870	-	46.870
Lucro bruto	199.201	161.376	195.559	157.385
(Despesas)/receitas operacionais				
Despesas com vendas	(55.085)	(31.375)	(55.101)	(32.070)
Despesas administrativas e gerais	(75.297)	(72.687)	(76.401)	(73.147)
Resultado de equivalência patrimonial	(11.369)	(8.612)	(2.747)	(918)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	14.287	26.467	22.544	35.936
	(127.464)	86.207	(111.705)	(70.199)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	71.737	75.169	83.854	87.186
Variações cambiais, líquidas	20.552	(106.307)	20.554	(106.313)
Receitas financeiras	459.248	124.515	463.335	127.646
Despesas financeiras	(675.986)	(121.688)	(691.210)	137.407
Resultado financeiro líquido	(196.186)	(103.480)	(207.321)	(116.074)
Resultado antes do imp. de renda e da contribuição social	(124.449)	(28.311)	(123.467)	(28.888)
Provisão imposto de renda e contribuição social	-	-	(11)	(437)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.117)	(3.815)	(2.117)	(3.815)
Lucro/prejuízo líquido do Exercício	(126.566)	(32.126)	(125.595)	(33.140)

Controladora	25/26	24/25	%
Receita Líquida de Vendas	1.115,7	951,6	17%
(-) CPV	-979,9	-790,3	24%
(+/-) Ajustes IRFS16/CPC06	63,4		
Lucro Bruto	199,2	161,3	23%
Margem Bruta	17,9%	17,0%	5%
SG & A	-130,4	-104,1	25%
Outras rec e desp operacionais	14,3	26,5	-46%
EBIT	83,1	83,7	-1%
D / A	249,1	276,8	-10%
Variação Ativo Biológico / Efeitos EFRS 16	-63,4	-46,9	
Hedge Liquidação	11,0	2	
EBITDA	279,8	315,6	-11%
Margem Ebitda	25,1%	33,2%	-24%

O resultado operacional (EBIT) teve uma redução de 78% excluindo os efeitos da IFRS16 em relação à safra anterior, ocasionados basicamente pela redução das margens de açúcar de Pauliceia até o mês de dezembro/25. Com a entrada mais expressiva do Nordeste a partir de janeiro, essa redução deve reduzir, mas ainda manterá um viés negativo importante. O EBITDA, ou a geração operacional de caixa bruta, houve redução de 11% nos valores absolutos e redução de 24% na variação da margem líquida.

O resultado financeiro teve as seguintes movimentações:

	31/12/2025 (9 meses)	31/12/2024 (9 meses)
Receitas Financeiras Líquidas	(216.738)	2.826
Receitas Financeiras	459.248	124.515
Descontos Obtidos	152	48
Juros Cobrados Inadimplentes	728	425
Juros s/Aplicações Financeiras	6.444	9.705
Outros Juros Auferidos	4.750	4.122
Ganho em Operações Mercado Fut	23.327	3.642
Ganho de Ajuste a Valor Justo	423.847	106.574
Despesas Financeiras	675.986	121.689
Comissões e Taxas Financiam.	4.418	18.184
Descontos Concedidos	2.218	524
Juros s/Emprest. e Financiam.	74.337	89.918
Juros de Mora Fornecedores	280	164
Juros s/Impostos Contribuições	3.277	(2.693)
Outros Juros Pagos	3.362	377
Perda em Operações Mercado Fut	6.532	15.189
Juros - IFRS 16/CPC 06	94.456	-
Perda de Ajuste a Valor Justo	487.106	27
Variações Monetárias Líquidas	20.552	(106.308)
Variações Monetárias Ativas	68.607	21.502
Variações Monetárias Passivas	48.055	127.809
RESULTADO FINANCEIRO	(196.186)	(103.481)

Os juros sobre operações financeiras mantiveram suas taxas médias nominais, nos períodos reportados para o período 25/26 ficaram em 14,92% aa e para o período 24/25 em 14,61% aa. A redução da taxa média foi fortemente afetada pela contratação de uma operação no BNDES do Fundo Soberano, com taxa contratada de 3,56% aa. Adicionalmente a isso, tivemos o advento da contratação da operação da construção da fábrica de açúcar a qual impactou em um acréscimo nas despesas de juros sobre empréstimos. As variações cambiais são basicamente incidentes sobre a operação Light House com vencimentos em prazo longo no final da operação.

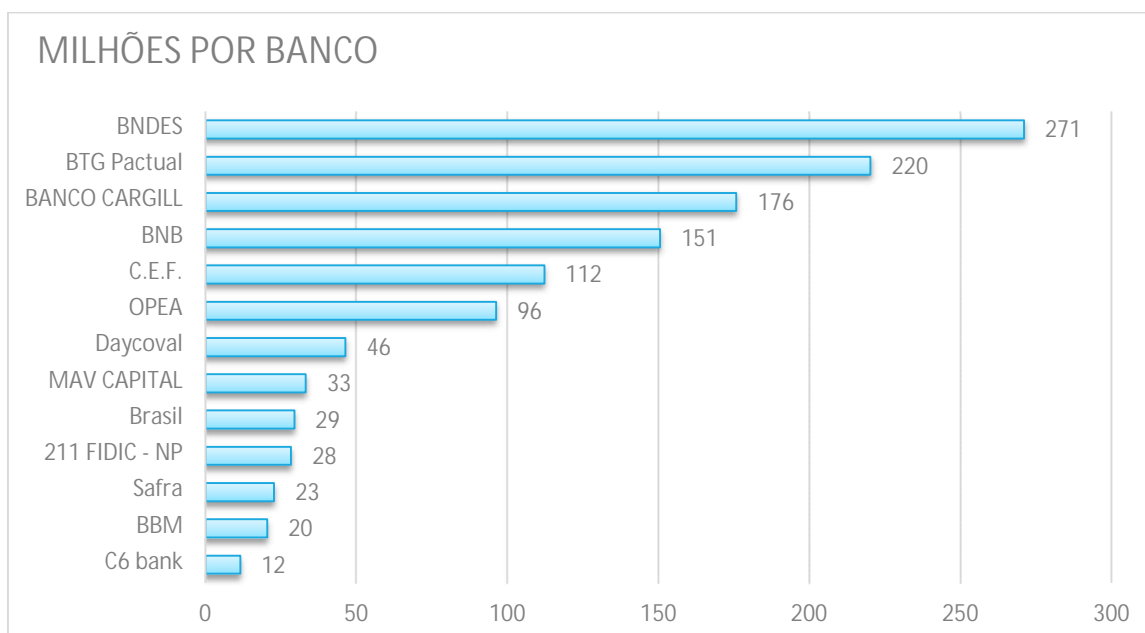
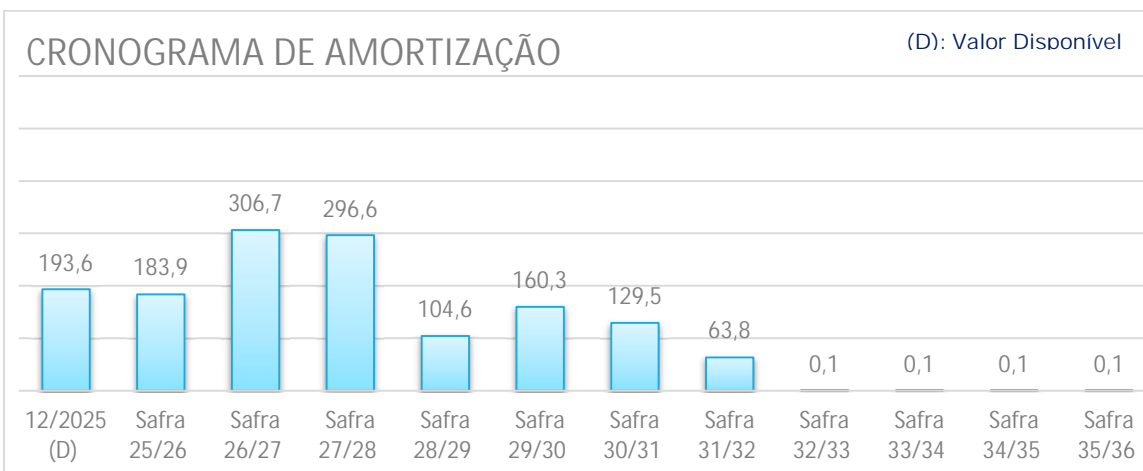
CAPEX

R\$ milhões	De 01/04/25 a 30/12/25	De 01/04/24 a 30/12/24
CAPEX Recorrente		
Plantio de Renovação	99.194,2	100.861,5
Tratos Culturais	158.268,2	189.006,6
Imobilizado	8.879,3	30.408,9
	266.341,7	320.276,9
CAPEX DE EXPANSÃO		
Imobilizado em andamento	68.252,0	188.275,0
	68.252,0	188.275,0
TOTAL GERAL	334.593,7	508.551,9

Os gastos com renovação do canavial e tratos com soqueira, somaram R\$ 99,25 milhões de reais, ante R\$ 100,8 do mesmo período anterior. Os tratos culturais há uma redução de 16% fruto basicamente pela redução dos preços dos insumos. Na parte de aquisição de herbicidas, a companhia tem utilizado a SCA como parceira para compras anuais e tem tido sucesso na redução de custos. Pelo lado dos fertilizantes, verificou-se apenas redução nos preços das formulações. A companhia vem intensificando a renovação de equipamentos e o direcionamento plantio e tratos em sua matéria prima como plano estratégico de redução de custos e melhoria operacional.

ENDIVIDAMENTO (dezembro 2025)

Movimentações do Endividamento	circulante	não circulante	total
Saldo Inicial	300.021	593.960	893.981
Captações	189.585	380.193	569.777
Juros e variações cambiais incorridos	126.630	-7.045	119.585
Variações Cambiais Incorridas	-21.296	0	-21.296
Pagamento de principal	-224.375	0	-224.375
Pagamento de juros	-113.862	0	-113.862
Transferência	180.215	-180.215	0
Ajuste a valor presente	0	14.186	14.186
Saldo Final	436.918	801.079	1.237.997



O movimento do endividamento está dentro das expectativas da companhia. A safra 25/26 deve finalizar a última grande operação que reperfila a dívida do banco Cargill para 06 anos com 01 de carência através de um CRA. Com isso haverá uma pressão menor nas amortizações da safra 26/27 a qual será em função dos preços de açúcar e etanol, um grande desafio para o setor. Por outro lado, a contratação do Fundo Soberano no BNDDES reforçará o gerenciamento das dívidas com a amortização de operações mais onerosas e a alocação de parte para prazos mais alongados.

A projeção do endividamento líquido da controladora ao final de março/26 é o seguinte:

R\$ 903.825	Dívida Líquida
164,24	Dívida Líquida por Ton /cana
2,20	Dívida Líquida/EBITDA

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Usina Caeté S.A.
Maceió - AL

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais individuais e consolidados da Usina Caeté S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com o CPC 21(R1) e a Norma Internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Realização do ativo fiscal diferido na controlada indireta

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 11, às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, a controlada Companhia Energética de São Miguel dos Campos ("CESMC"), mantém saldo de ativo fiscal diferido no montante de R\$ 100.307 mil, constituídos sobre o saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A Controlada não apresentou evidências suficientes de que as projeções de lucros tributáveis futuros possam se materializar com segurança, ocasionando uma incerteza significativa quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação e utilização dos respectivos créditos tributários. Diante das circunstâncias não nos foi praticável mensurar os impactos de possíveis ajustes nas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025.

Conclusão com ressalva sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum outro fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de demonstrações contábeis intermediárias e apresentadas de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Operações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº10 às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, chamamos atenção para o fato de a Companhia manter operações com partes relacionadas, efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a Administração da Companhia e essas partes relacionadas. Portanto, as demonstrações contábeis referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Saldos iniciais

O balanço patrimonial consolidado referente ao exercício findo em 31 de março de 2025 foi por nós auditado e emitimos nosso relatório, datado em 30 de junho de 2025, com ressalvas sobre: (i) Revisão dos controles sobre contratos de arrendamento (regularizado); (ii) Reconhecimento de ajustes de exercícios anteriores por controlada; (iii) Realização do ativo fiscal diferido por controlada e; (iv) Ausência de reclassificação de empréstimo para curto prazo após quebra de cláusula restritiva ("covenant"). As demonstrações de resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos em 31 de dezembro de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, demonstrações de fluxo de caixa e Demonstrações do Valor Adicionado (informação suplementar), foram por nós revisadas e emitimos relatório de revisão datado em 04 de abril de 2025, com ressalvas sobre: (i) Reconhecimento e mensuração de investimento em outras sociedades (regularizado); (ii) Revisão dos controles sobre contratos de arrendamento (regularizado) e; (iii) Reconhecimento de ajustes de exercícios anteriores. Essas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas nesse contexto.



Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações contábeis intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09(R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas Demonstrações do Valor Adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Maceió, 23 de abril de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - AL

Leonardo da Silva Vilar Gomes
Contador CRC 1 PE 021026/O-9 - S - AL



AÇÚCAR • ETANOL • BIOELETRICIDADE

Demonstrações contábeis
intermediárias
individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025

Safra 25-26

www.usinacaete.com



Índice

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Balanço patrimonial	20
Demonstração dos resultados	21
Demonstração dos resultados abrangentes	22
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	23
Demonstração dos fluxos de caixa	24
Demonstração dos valores adicionados	25

NOTAS EXPLICATIVAS

1 - Contexto operacional	26
2 - Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis	27
3 - Caixas e equivalentes de caixa	33
4 - Aplicações financeiras – Ativo não circulante	34
5 - Contas a receber de clientes	34
6 - Estoques	36
7 - Ativos biológicos	36
8 - Tributos a recuperar	38
9 - Outros créditos	39
10 - Operações com partes relacionadas	39
11 - Imposto de renda e contribuição social - diferidos	40
12 - Investimento e provisão para perdas com investimentos	43
13 - Imobilizado	46
14 - Direito de uso, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	51
15 - Fornecedores	53
16 - Empréstimos e financiamentos	54
17 - Salários e férias a pagar	58
18 - Adiantamentos de clientes	58
19 - Tributos e contribuições a recolher	59
20 - Parcelamentos de tributos	59
21 - Provisão para processos judiciais	60
22 - Patrimônio líquido	61
23 - Receita operacional líquida	63
24 - Custos dos produtos vendidos	64
25 - Despesas com vendas	64
26 - Despesas administrativas e gerais	64
27 - Outras receitas operacionais, líquidas	65
28 - Resultado financeiro	66
29 - Instrumentos financeiros	67
30 - Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros	74
31 - Valor Justo	74
32 - Cobertura de seguros	75
33 - Compromissos de compra	76
34 - Compromissos de vendas	76
35 – Eventos subsequentes	76

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025			31/12/2025	31/03/2025		
Caixa e equivalentes de caixa	3	140.988	50.136	183.930	85.672	Fornecedores	15	117.275	91.047	120.283	92.605
Contas a receber de clientes	5	71.368	72.526	73.739	75.208	Empréstimos e financiamentos	16	436.918	300.021	443.977	305.988
Estoques	6	567.729	462.450	581.005	469.120	Arrendamentos a Pagar	14	47.682	4.384	47.682	4.384
Ativos biológicos	7	179.353	164.896	179.353	164.896	Parceria agrícola a pagar	14	100.002	83.101	100.002	83.101
Tributos a Recuperar	8	137.321	142.053	142.977	147.651	Salários e férias a pagar	17	49.078	40.743	49.948	41.569
Outros créditos	9	11.957	11.322	12.475	14.547	Adiantamentos de clientes	18	130.599	109.850	145.061	124.791
Instrumentos financeiros derivativos	-	286	159	286	159	Tributos e contribuições a recolher	19	15.424	11.322	15.884	11.466
Circulante	-	1.109.002	903.542	1.173.765	957.253	Parcelamentos de tributos	20	8.328	16.275	8.566	16.707
Aplicações financeiras	4	82.748	10.116	82.820	10.183	Outras contas a pagar	-	10.184	3.377	10.199	3.387
Depósitos judiciais	21	3.894	3.638	3.919	3.662	Instrumentos financeiros derivativos	-	428	-	428	-
Mútuos com partes relacionadas	10	16.568	2.243	960	1.230	Circulante	-	915.918	660.120	942.030	683.998
Tributos a Recuperar	8	6.550	7.055	6.758	7.161	Empréstimos e financiamentos	16	801.079	593.960	1.025.657	821.312
Outros créditos	9	1.021	1.474	1.537	1.698	Arrendamentos a Pagar	14	71.217	84.324	71.217	84.324
Instrumentos financeiros derivativos	-	4	-	4	-	Parceria agrícola a pagar	14	504.337	520.315	504.337	520.315
Total do realizável a longo prazo	-	110.785	24.526	95.998	23.934	Mútuos com partes relacionadas	10	-	6.253	1.500	600
Investimentos	12	110.461	107.685	76.408	74.716	Parcelamentos de tributos	20	7.344	11.610	7.381	11.734
Propriedade para investimentos	-	235	235	235	235	Provisão para processos judiciais	21	25.662	25.644	25.662	25.644
Imobilizado	-	1.006.479	947.412	1.061.613	1.000.026	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	111.159	109.042	10.852	8.735
Direito de uso	14	692.252	692.124	692.252	692.124	Provisão para perdas em investimentos	12	97.442	88.236	-	-
Intangível	-	906	1.071	911	1.077	Dividendos a pagar	22	5.295	5.295	5.295	5.295
Não circulante	-	1.921.118	1.773.053	1.927.417	1.792.112	Adiantamentos de clientes	18	61.902	11.667	61.902	11.667
						Não circulante	-	1.685.437	1.456.346	1.713.803	1.489.626
						Patrimônio líquido	22				
						Capital social	-	550.000	550.000	550.000	550.000
						Ajuste de avaliação patrimonial	-	(42.512)	(37.714)	(42.512)	(37.714)
						Reserva de reavaliação	-	13.847	14.141	13.847	14.141
						Reserva legal	-	4.932	4.932	4.932	4.932
						Subvenções para Investimentos	-	210.950	183.200	210.950	183.200
						Lucros (prejuízos) acumulados	-	(308.452)	(154.430)	(308.452)	(154.430)
						Total do patrimônio líquido	-	428.765	560.129	428.765	560.129
						Participação de acionistas não controladores	-	-	-	16.584	15.612
						Total do patrimônio líquido e participação de não controladores	-	428.765	560.129	445.349	575.741
Ativo	-	3.030.120	2.676.595	3.101.182	2.749.365	Passivo	-	3.030.120	2.676.595	3.101.182	2.749.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

	Notas	Controladora				Consolidado			
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		9 meses	9 meses	3 meses	3 meses	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses
Receita líquida	23	1.115.643	951.630	399.108	394.760	1.121.169	956.592	402.109	396.461
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	24	(916.442)	(837.124)	(374.100)	(355.122)	(925.610)	(846.077)	(375.480)	(349.990)
Variação do valor justo do ativo biológico	7	-	46.870	-	-	-	46.870	-	-
Lucro bruto	-	199.201	161.376	25.008	39.638	195.559	157.385	26.629	46.471
(Despesas)/receitas operacionais									
Despesas com vendas	25	(55.085)	(31.375)	(14.679)	(4.546)	(55.101)	(32.070)	(14.419)	(5.111)
Despesas administrativas e gerais	26	(75.297)	(72.687)	(25.107)	(23.601)	(76.401)	(73.147)	(25.686)	(23.721)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(11.369)	(8.612)	(1.686)	11.914	(2.747)	(918)	(2.752)	9.662
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	14.287	26.467	8.165	14.689	22.544	35.936	11.285	19.720
	-	(127.464)	(86.207)	(33.307)	(1.544)	(111.705)	(70.199)	(31.572)	550
Lucro/prejuízo operacional antes do resultado financeiro	-	71.737	75.169	(8.299)	38.094	83.854	87.186	(4.943)	47.021
Variações cambiais, líquidas	-	20.552	(106.307)	(22.706)	(66.225)	20.555	(106.313)	(22.703)	(66.232)
Receitas financeiras	28	459.248	124.515	(19.921)	72.145	463.335	127.646	(18.599)	72.182
Despesas financeiras	28	(675.986)	(121.688)	(35.990)	(44.112)	(691.210)	(137.407)	(40.235)	(49.776)
Resultado financeiro líquido	-	(196.186)	(103.480)	(78.617)	(38.192)	(207.320)	(116.074)	(81.537)	(43.826)
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(124.449)	(28.311)	(86.916)	(98)	(123.466)	(28.888)	(86.480)	3.195
Provisão imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	(11)	(437)	(11)	(251)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	(2.117)	(3.815)	(25.937)	(9.084)	(2.117)	(3.815)	(25.937)	(9.084)
Lucro/prejuízo líquido antes das participações de acionistas não controladores	-	(126.566)	(32.126)	(112.853)	(9.182)	(125.594)	(33.140)	(112.428)	(6.140)
Resultado atribuível aos:									
Controladores						(126.566)	(32.126)	(112.853)	(9.182)
Não controladores						972	(1.014)	425	3.042
Resultado do exercício / período						(125.594)	(33.140)	(112.428)	(6.140)
Resultado por ação - básico e diluído (Em R\$)						(12.973,33)	(3.397,00)	(11.524,18)	(629,00)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Usina Caeté S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses
Resultado do período	(126.566)	(32.126)	(112.853)	(9.182)	(125.594)	(33.140)	(112.428)	(6.140)
Varição na participação relativa de investidas	(4.798)	-	(6.414)	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(131.364)	(32.126)	(119.267)	(9.182)	(125.594)	(33.140)	(112.428)	(6.140)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Subvenções para investimentos	Outras reservas de lucro	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de Março de 2024	393.868	(72.804)	15.262	4.932	142.320	21.432	-	505.010	208	505.218
Aumento de capital	156.132	-	-	-	(142.320)	-	(13.812)	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	(32.126)	(32.126)	(1.014)	(33.140)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(301)	-	-	-	301	-	-	-
Incentivos Fiscais - ICMS -DEC. 59.991/18-AL	-	-	-	-	64.380	-	(64.380)	-	-	-
Absorção de reserva de lucros pelo prejuízo do	-	-	-	-	-	(21.432)	21.432	-	-	-
Variação na participação relativa de investidas	-	10.217	-	-	-	-	-	10.217	10.625	20.842
Ajustes reflexos - controladas	-	17.907	-	-	-	-	-	17.907	-	17.907
Saldos em 30 de Dezembro de 2024	550.000	(44.680)	14.961	4.932	64.380	-	(88.585)	501.008	9.819	510.827
Saldos em 31 de Março de 2025	550.000	(37.714)	14.141	4.932	183.200	-	(154.430)	560.129	15.612	575.741
Resultado do período	-	-	-	-	-	-	(126.566)	(126.566)	972	(125.594)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(294)	-	-	-	294	-	-	-
Incentivos Fiscais - ICMS -DEC. 59.991/18-AL	-	-	-	-	27.750	-	(27.750)	-	-	-
Variação na participação relativa de investidas	-	(4.798)	-	-	-	-	-	(4.798)	-	(4.798)
Saldos em 30 de Dezembro de 2025	550.000	(42.512)	13.847	4.932	210.950	-	(308.452)	428.765	16.584	445.349

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Usina Caeté S.A.
Demonstrações de Fluxo de Caixa
Períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(126.566)	(32.126)	(125.594)	(33.140)
Ajustes para reconciliar o (prejuízo)/lucro líquido ao caixa (usado)/gerado nas atividades operacionais				
Depreciação da Lavoura	79.026	67.811	79.026	67.812
Depreciação do imobilizado	33.463	24.077	39.197	29.469
Depreciação de direito de uso	93.990	-	93.990	-
Amortização do Intangível	168	173	961	174
Amortização dos Tratos Culturais	143.838	191.932	143.838	191.932
Valor residual do imobilizado baixado	4.218	3.214	4.218	3.366
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.117	3.815	2.117	3.815
Juros sobre arrendamentos e parcerias agrícolas	94.456	-	94.456	-
Juros, multas	68.425	85.817	81.869	99.985
Variações cambiais	(18.911)	107.508	(18.911)	107.515
Ajuste a valor presente empréstimos e financiamentos	62.961	(106.573)	62.961	(106.573)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	-	(46.871)	-	(46.871)
Constituição de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa (Reversão) de provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa	862	877	1.700	1.765
Provisão para processos judiciais	(870)	(682)	(1.906)	(1.551)
Provisão para processos judiciais	18	1.050	18	1.050
Resultado da equivalência patrimonial	11.369	8.612	2.747	918
Instrumentos financeiros derivativos	297	-	297	-
	<u>448.861</u>	<u>308.634</u>	<u>460.984</u>	<u>319.666</u>
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Contas a receber de clientes	1.166	(9.379)	1.675	(10.130)
Estoques	(105.279)	(248.569)	(111.885)	(258.580)
Ativo biológico	(158.295)	(188.990)	(158.295)	(188.990)
Tributos a recuperar	5.237	(13.145)	5.077	(13.236)
Depósitos judiciais	(256)	(153)	(257)	(57)
Outros créditos	(122)	3.188	2.233	(35.336)
	<u>(257.549)</u>	<u>(457.048)</u>	<u>(261.452)</u>	<u>(506.329)</u>
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	26.228	4.149	27.678	4.015
Salários e férias a pagar	8.335	(10.824)	8.379	(10.801)
Adiantamentos de clientes	70.984	57.194	70.505	57.379
Tributos e contribuições a recolher	4.102	(7.743)	4.418	(6.807)
Parcelamentos de tributos	(12.213)	(10.501)	(12.494)	(10.523)
Outras contas a pagar	6.807	(990)	6.812	(990)
	<u>104.243</u>	<u>31.285</u>	<u>105.298</u>	<u>32.273</u>
Juros pagos	(113.862)	(42.150)	(126.201)	(50.147)
Caixa (aplicado nas)/gerado pelas atividades operacionais	<u>181.693</u>	<u>(159.279)</u>	<u>178.629</u>	<u>(204.537)</u>
Aplicações financeiras	(72.632)	1.020	(72.637)	951
Aquisição de imobilizado	(76.606)	(218.657)	(84.860)	(223.355)
Adições ao plantio	(99.168)	(100.878)	(99.168)	(100.878)
Aplicação no intangível	(3)	(24)	(795)	(24)
Empréstimos concedidos a parte relacionadas	(16.159)	(49.490)	-	(107)
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	1.701	30.251	1.261	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	37.072
Investimento em coligadas	(9.737)	-	(9.237)	-
Aquisição de Ações em Coligadas	-	(4.970)	-	(4.619)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(272.604)</u>	<u>(342.748)</u>	<u>(265.436)</u>	<u>(290.960)</u>
Novos empréstimos	569.778	608.194	569.778	608.487
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(224.375)	(269.291)	(227.162)	(276.446)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(6.180)	141	(91)	4.165
Pagamento de arrendamentos e parcerias agrícolas (CPC 06 (R2))	(157.460)	-	(157.460)	-
Caixa gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento	<u>181.763</u>	<u>339.044</u>	<u>185.065</u>	<u>336.206</u>
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes a caixa	<u>90.852</u>	<u>(162.983)</u>	<u>98.258</u>	<u>(159.291)</u>
No início do período	50.136	197.764	85.672	201.666
No final do período	140.988	34.781	183.930	42.375
(Redução)/Aumento no caixa e equivalentes a caixa	<u>90.852</u>	<u>(162.983)</u>	<u>98.258</u>	<u>(159.291)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	1.241.366	1.147.886	1.254.058	1.192.323
Vendas de mercadorias, produtos e serviços (inclui IPI)	1.225.099	1.089.215	1.237.520	1.130.692
Receita na alienação de ativo imobilizado	7.875	14.092	7.875	14.417
Outras receitas	11.094	51.886	11.434	54.765
Devolução de Vendas	(2.702)	(7.307)	(2.771)	(7.551)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(428.713)	(238.490)	(420.319)	(255.667)
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(234.035)	(139.119)	(227.386)	(130.139)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(190.464)	(96.206)	(188.719)	(122.136)
Perda na alienação de ativo imobilizado	(4.214)	(3.165)	(4.214)	(3.392)
VALOR ADICIONADO BRUTO	812.656	909.396	833.739	936.656
Despesas de amortização/depreciação	(256.499)	(283.994)	(262.234)	(289.390)
Depreciação e amortização	(33.635)	(24.250)	(39.370)	(29.646)
Ativos biológicos colhidos	(222.864)	(259.744)	(222.864)	(259.744)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	556.154	625.402	571.508	647.266
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	516.725	137.406	529.440	148.231
Resultado de equivalência patrimonial	(11.369)	(8.612)	(2.747)	(919)
Receitas financeiras	528.094	146.018	532.187	149.150
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	1.072.879	762.808	1.100.945	795.497
Pessoal:	228.889	218.471	232.328	225.890
Remuneração direta	189.605	184.358	192.591	190.439
Benefícios	22.868	18.604	23.077	19.478
FGTS	16.416	15.509	16.660	15.973
Impostos, taxas e contribuições:	113.672	138.510	121.070	147.463
Federais	61.241	63.654	64.458	68.022
Estaduais	52.431	74.775	56.576	79.350
Municipais	-	81	36	91
Remuneração de capitais de terceiros:	856.884	437.953	873.141	455.284
Juros e demais despesas financeiras	81.257	87.793	96.333	103.507
Perdas com variações cambiais	48.055	127.809	48.058	127.817
Aluguéis	196.072	188.453	197.101	190.058
Outras	531.500	33.898	531.649	33.902
Remuneração (perdas) de capitais próprios:	(126.566)	(32.126)	(125.594)	(33.140)
Lucros Retidos / (Prejuízo) do período	(126.566)	(32.126)	(125.594)	(33.140)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	1.072.879	762.808	1.100.945	795.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1 - Contexto operacional

a) Controladora

A Usina Caeté S.A. é uma Companhia domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Barão de Jaraguá, número 47, no bairro de Jaraguá, na cidade de Maceió, Estado de Alagoas.

O objetivo social da Companhia é o plantio e a industrialização da cana-de-açúcar e seus derivados industriais, a produção e comercialização de energia elétrica, a comercialização de seus produtos no mercado interno e externo e participação em outras Companhias. A principal atividade de industrialização é a produção de açúcar VHP (very high polarization), açúcar refinado, açúcar cristal, etanol anidro e hidratado.

Atualmente, o processo produtivo da Companhia concentra-se em 3 unidades industriais, sendo duas usinas localizadas no Estado de Alagoas e uma destilaria no Estado de São Paulo.

A Companhia está direcionando o volume a ser exportado em cotas preferenciais e produtos com maior valor agregado. Dessa forma, o volume fixado para a safra 25/26 está em 80% sobre o volume vendido, podendo ser aumentado caso o mercado apresente mais oportunidades que tragam maiores margens de retorno. As exportações correspondem a cerca de 40% da receita total.

A Administração entende que essas ações continuarão a produzir impactos positivos nos resultados futuros e na posição financeira da Companhia, garantindo-lhes plenas condições de continuar suas operações de forma crescente.

b) Controladas

SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda. ("SOTAN")

Empresa limitada, sediada em Rio Largo – AL, na Rodovia BR-104, Aeroporto Zumbi dos Palmares. Opera no transporte aéreo de passageiros e de cargas na modalidade táxi aéreo, com operações regionais, nacionais e internacionais.

Varrela Pecuária Ltda. ("Varrela")

Empresa limitada, sediada em São Miguel dos Campos – AL, na Fazenda Varrela, Zona Rural. Dedicada à atividade pecuária, com foco na criação, manejo e desenvolvimento de rebanhos.

Companhia Energética de São Miguel dos Campos ("CESMC")

Sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Miguel dos Campos – AL, na Fazenda São João, Zona Rural. Desenvolve um ecossistema integrado de geração de vapor e energia elétrica a partir de biomassa, com atividades principais na cogeração, no fornecimento de energia elétrica e vapor, além da prestação de serviços correlatos.

Estrutura de governança corporativa

Em 19 de abril de 2021, a Assembleia Geral deliberou sobre a instituição do Conselho Consultivo e sobre a modificação da composição da Diretoria, além de permitir a criação, pela Diretoria, de comitês e/ou grupos de trabalho multidisciplinares.

Desde então, a Diretoria vem sendo assessorada por um Conselho Consultivo constituído e estruturado na forma prevista no Estatuto Social para opinar sobre matérias consideradas estratégicas para a Companhia. O Conselho, que pode ser composto por até 06 (seis) membros eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 01 (um) ano, atua emitindo pareceres e recomendações à Diretoria, enriquecendo o processo decisório na medida em que traz à discussão profissionais experientes, especializados e comprometidos com boas práticas de governança corporativa.

/O Conselho Consultivo, que se reúne em caráter ordinário uma vez por mês, está composto pelo Conselheiro Presidente Jacyr da Silva Costa Filho, bem como pelos Conselheiros Aryl Pontes Lyra Filho, Maria Irene Sibaldo Leite, Moacir da Rocha Bastos e Luiz Humberto Guimarães de Castro Prado, esse último eleito como Conselheiro Independente.

A Diretoria, é constituída por 01 (um) Diretor Presidente e 03 (três) Diretores Sem Designação Específica. Foram eleitos para compor a Diretoria os Diretores Luiz Magno Epaminondas Tenório de Brito, Araken Barbosa de Miranda Júnior e Paulo Couto Ramalho de Castro, responsáveis, respectivamente, pelas áreas agroindustrial, financeira e administrativa, além do Diretor Presidente Aryl Pontes Lyra Filho.

A Diretoria poderá formar comitês e /ou grupos de trabalho multidisciplinares com fins de analisar e debater temas inerentes à gestão, cabendo a Diretoria determinar a sua criação e finalidade.

Tensões Geopolíticas

As tensões geopolíticas representam um risco para a empresa. O aumento dessas tensões em áreas-chave de produção de petróleo pode levar a flutuações nos preços dos produtos vendidos, taxas de câmbio, insumos e questões logísticas, dependendo da situação. Esses riscos podem afetar a receita e os custos operacionais da empresa.

Flutuações Climáticas

Riscos relacionados às condições climáticas podem impactar a empresa, especialmente geadas, problemas hídricos decorrentes de secas prolongadas e incêndios. Isso pode afetar negativamente a produtividade dos canaviais e, conseqüentemente, a produção de açúcar, etanol e outros coprodutos, influenciando as receitas, custos e o valor dos ativos biológicos.

2 - Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas condensadas da Companhia (“Consolidado”) foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), e com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e a IAS 34 Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas condensadas, controladora e consolidado, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações contábeis intermediárias referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

A emissão das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas condensadas foi autorizada pela Administração da Companhia em 23 de abril de 2026.

2.2. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, a saber:

a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026

c) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras intermediárias. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações contábeis intermediárias (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

d) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

2.3. Investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Controladas	Percentual de participação			
	31/12/2025		31/03/2025	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
SOTAN- Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda.	63,93%	36,07%	63,93%	36,07%
Varrela Pecuária Ltda	88,67%	11,33%	88,67%	11,33%
Posto Caeté Ltda	100%	-	100%	-
Companhia Energética de São Miguel dos Campos	100%	-	100%	-

As controladas são consolidadas a partir da data de aquisição, sendo está a data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações contábeis intermediárias das controladas foram preparadas no mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, foram eliminados por completo.

Além das controladas diretas e indiretas relacionadas na tabela anterior, a Companhia possui outras participações societárias em controladas em conjunto e coligadas, conforme divulgado na Nota Explicativa nº12.

2.4. Reconhecimento de receita

A Controladora Usina Caeté S.A. comercializa açúcar, etanol, melão, energia elétrica bagaço de cana, entre outros. A controlada Sotan – Sociedade de Taxi Aéreo do Nordete Ltda presta serviço de taxi aéreo, já a controlada Varrela Pecuária Ltda comercializa bovinos e ovinos e a controlada Companhia Energética de São Miguel dos Campos comercializa energia elétrica e vapor. Para que a receita seja reconhecida, a Companhia segue a estrutura conceitual da norma, sendo as etapas de: identificação dos contratos com os clientes, identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos, determinação de preço da transação e alocação do preço da transação. Adicionalmente, as vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a transferência de controle dos produtos para o cliente. A transferência de controle não ocorre até que os seguintes eventos ocorram: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

2.5. Tributação

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. As Controladas, assim como as controladoras, são tributadas pelo lucro real.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributos diferidos passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos tributos sobre vendas.

O valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

2.7. Instrumentos financeiros

A Companhia adota o IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (exceto os itens relacionados a contabilidade de hedge), onde classifica seus ativos financeiros em: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de “perdas de crédito esperadas e incorridas”, exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

a) Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são classificados como (i) mensurados ao custo amortizado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação.

b) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, arrendamentos, parceria agrícola, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são classificados como custo amortizado. Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.8. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de venda.

O custo transferido de ativos biológicos é seu valor justo menos as despesas de venda apurados na data do corte.

2.9. Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição.

O ágio é inicialmente mensurado pelo custo no valor que exceder: (a) a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (b) o valor de qualquer participação não controladora na adquirida; e (c) o valor justo da participação anteriormente mantida pelo adquirente na adquirida (se houver) que exceder os valores, na data da aquisição, líquidos dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, avaliados a valor justo. Se, após a reavaliação, a participação da Companhia no valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos exceder (a), (b) e (c) anteriores, o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho decorrente de compra vantajosa.

O ágio correspondente a entidades incorporadas é apresentado na rubrica específica "Intangível" no balanço patrimonial da controladora e consolidado.

Em cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida pelo valor justo dessa participação ou pela parte que lhes cabe no valor justo dos ativos identificáveis líquidos da adquirida.

Custos de aquisição incorridos são contabilizados como despesas

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e os passivos financeiros assumidos para sua correta classificação e designação, em conformidade com os termos do contrato, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data de aquisição. Isso inclui a separação de derivativos embutidos nos contratos principais por parte da adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação anteriormente detida pela adquirente na adquirida é mensurado novamente na data da aquisição a valor justo por meio do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é registrado ao custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas no valor recuperável. Para o teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem ser beneficiadas pela combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.10. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado foi reavaliado, por meio dos valores justos determinados por laudo emitido por especialista. Este procedimento de reavaliação foi efetuado em data anterior a 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para os CPCs e os valores da reavaliação foram adotados como custo atribuído no patrimônio líquido, conforme permitido na época.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo, são as seguintes:

Edificações e benfeitorias	38 a 50 anos
Formação de cana	5 anos
Instalações diversas e máquinas e equipamentos	2 a 20 anos
Máquinas e implementos agrícolas	1 a 5 anos
Móveis e utensílios	2 a 15 anos
Veículos	1 a 5 anos
Aeronaves	20 anos
Computadores e periféricos e equipamentos e aparelhos de telefonia	1 a 8 anos
Aparelhos e ferramentas	1 a 7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.11. Questões ambientais

Os parques industriais e as atividades relacionadas às plantações da Companhia estão sujeitas à regulamentação ambiental. A Companhia reduz os riscos associados a questões ambientais por meio de procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle da poluição. Com base nas leis e normas vigentes no Brasil, a administração da Companhia acredita que, atualmente, não é necessária nenhuma provisão para perdas referentes a questões ambientais.

2.12. Principais usos de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir:

a) Perda (*impairment*)

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) nos ativos imobilizados e intangíveis. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 13).

b) Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (Nota 7).

c) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando aplicável, o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As premissas de tais técnicas se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço, quando for possível. No entanto, quando isso não for viável, é necessário um nível de julgamento para apuração do valor justo, em relação a dados como liquidez, risco de crédito e volatilidade.

e) Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

f) Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

Os direitos de uso e passivos de arrendamentos e parceria agrícola são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

3 - Caixas e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Caixa e bancos	13.606	18.713	18.432	21.745
Aplicações financeiras	127.382	31.423	165.498	63.927
	140.988	50.136	183.930	85.672

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os valores de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário CDI e em fundos conservadores de baixo risco, referenciados a cotas de títulos públicos indexadas em média a 97,90% do CDI (99,62% em março de 2025) e são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na Nota 29 (Instrumentos financeiros).

4 - Aplicações financeiras – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Aplicações financeiras	82.748	10.116	82.820	10.183
	82.748	10.116	82.820	10.183

As aplicações financeiras são vinculadas (garantias) às operações financeiras através de cédulas de crédito industrial e bancária, liquidáveis em longo prazo.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário CDI e em fundos conservadores de baixo risco, referenciados a cotas de títulos públicos indexadas em média a 99,70% do CDI (99,62% em março de 2025) e são realizadas com instituições de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política essa adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na Nota 29 (Instrumentos financeiros).

5 - Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo seu valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Cientes país	67.575	73.396	70.784	77.114
Cientes do exterior	4.655	-	4.655	-
	72.230	73.396	75.439	77.114
(-) Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	(862)	(870)	(1.700)	(1.906)
	71.368	72.526	73.739	75.208

O contas a receber por idade de vencimento está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
A vencer	71.065	64.978	72.845	66.732
Vencidos até 30 dias	263	4.644	391	4.684
Vencidos de 31 a 60 dias	40	2.902	210	3.265
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	280	92
Vencidos de 91 a 120 dias	-	-	18	293
Vencidos de 121 a 180 dias	-	2	49	150
Vencidos de acima de 181 dias	862	870	1.646	1.898
Total	72.230	73.396	75.439	77.114

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento de seu saldo devedor.

A Companhia adota como critério para reconhecimento das provisões considerando: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro.

Nesse período a Companhia reverteu a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 870, como também constituiu a provisão de R\$ 862 (apresentado como provisão para perdas na realização de ativos na demonstração do fluxo de caixa). Abaixo, a movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Saldo inicial	(870)	(682)	(1.906)	(1.551)
Constituição no período	(862)	(870)	(1.700)	(1.906)
Reversão no período	870	682	1.906	1.551
Saldo final	(862)	(870)	(1.700)	(1.906)

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na Nota 29.

6 - Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Produtos acabado-açúcar (b)	291.562	247.091	291.562	247.091
Produtos acabado-etanol (b)	83.781	21.541	83.781	21.541
Estoque em poder de Terceiros	-	704	-	704
Melaço - p/ etanol	1.352	646	1.352	646
Total de produtos acabados	376.695	269.982	376.695	269.982
Mercadoria de Revenda	3.161	-	3.305	-
Custos de entressafra (a)	49.284	57.753	55.910	57.752
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	53.662	51.296	60.168	57.967
Adiantamento a fornecedores de matéria prima	84.927	83.419	84.927	83.419
	567.729	462.450	581.005	469.120

(a) A manutenção de entressafra é referente aos gastos incorridos na manutenção de equipamentos industriais e agrícolas que são acumulados no decorrer da entressafra para apropriação ao custo de produção industrial e agrícola na safra seguinte. Nas unidades do nordeste, esses valores tendem a crescer de abril a agosto de cada ano, enquanto a unidade em SP os montantes são registrados entre novembro a março.

(b) Refere-se a adiantamentos que serão compensados por fornecimento de cana-de-açúcar na próxima safra 2025/2026.

Estoques de etanol são controlados através de medições mensais de evaporação, e as perdas com açúcar são realizadas no final de cada safra. Em 30 de setembro de 2025, a Administração da Companhia avaliou, no período atual, os volumes do estoque e concluiu como imaterial a necessidade de constituição de provisão para redução aos valores de realização.

7 - Ativos biológicos

	31/12/2025	31/03/2025
Saldo inicial	164.896	145.540
Adições com tratamentos de cana	158.295	209.990
Absorção dos custos de cana colhida	(143.838)	(240.742)
Mudança de valor justo menos despesas estimadas de vendas	-	50.108
Saldo final	179.353	164.896
Composto por:		
Custo histórico	224.384	209.927
Valor justo	(45.031)	(45.031)

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. A cada colheita, são realizados os tratamentos culturais, que proporcionam melhores condições para o crescimento e desenvolvimento da lavoura após a colheita. Com a realização desse processo, a lavoura de cana-de-açúcar (ativo imobilizado) ganha produtividade e conseqüentemente aumento da sua vida útil. Sendo assim, os dispêndios com tratamentos culturais são classificados no grupo de atividades de investimentos da demonstração do fluxo de caixa. Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

a) Entradas de caixa obtidas pela multiplicação de: (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável); e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e

b) Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratamentos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Transbordo e Transporte - CTT; (iii) custo de capital (terras, máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

São as seguintes premissas utilizadas na determinação do valor justo:

	31/12/2025	31/03/2025
Unidade Caeté		
Área estimada de colheita (hectares)	20.136	20.136
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	78,94	78,94
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	134,00	134,00
Valor do Kg de ATR	1,4302	1,4302
Unidade Marituba		
Área estimada de colheita (hectares)	8.824	8.824
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	74,49	74,49
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	134,00	134,00
Valor do Kg de ATR	1,4302	1,4302
Unidade Paulicéia		
Área estimada de colheita (hectares)	19.433	19.433
Produtividade prevista (tons cana p/hectare)	64,96	64,96
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	138,88	138,88
Valor do Kg de ATR	1,2780	1,2780

Com base nas estimativas de receitas e despesas, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados que serão gerados e valor presente que quantidade, considerando uma taxa de desconto real de 4,97% (7,96% em 31 de março 2024) ao ano, que é o WACC (Weighted Average Capital Cost - Custo Médio Ponderado do Capital) da Companhia, o qual é revisado anualmente pela administração. As alterações no valor justo são apresentadas como "As alterações no valor justo dos ativos biológicos".

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento e depreciação dos ativos biológicos no período.

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes de mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais. Por consequência dessas exposições, o resultado das safras futuras pode ser afetado, aumentado ou reduzido.

Análise de sensibilidade do valor justo

A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis:

(i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e(ii) volume de produção de cana-de-açúcar.

As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 10% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 55.459. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 10%, resultaria em um aumento ou redução de R\$ 55.459.

8 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Ativo circulante				
Imposto de renda e contribuição social	9.935	6.735	10.102	6.947
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	78.499	81.932	78.644	82.016
IPI - Imposto Produtos Industrializados	2.210	1.962	2.238	1.990
PIS - Programa de Integração Social (a)	8.323	9.246	9.309	10.205
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (a)	44.505	48.785	49.043	53.207
Outros	399	448	399	447
	143.871	149.108	149.735	154.812
Circulante	137.321	142.053	142.977	147.651
Não circulante	6.550	7.055	6.758	7.161
	143.871	149.108	149.735	154.812

(a) O PIS e a COFINS a recuperar referem-se a créditos gerados dos insumos das exportações de açúcar e etanol. Sua compensação dar-se-á com o débito dos tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, à medida que seja apurado saldo devedor e for permitida a compensação. O saldo residual é feito pedido de ressarcimento, no qual estão classificados no longo prazo.

Os saldos de tributos a recuperar advêm de transações mercantis, apresentados pela expectativa de realização. A Administração avaliou o impacto dos ajustes a valor presente dos tributos a recuperar como imaterial.

9 - Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Adiantamento a fornecedores diversos	4.579	4.110	4.698	4.331
Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás	4.741	4.741	4.741	4.741
Seguros a apropriar	1.865	554	2.137	723
Outros	1.793	3.391	2.436	6.450
	12.978	12.796	14.012	16.245
Circulante	11.957	11.322	12.475	14.547
Não circulante	1.021	1.474	1.537	1.698
	12.978	12.796	14.012	16.245

10 - Operações com partes relacionadas

a. Controladora e controlador final

A Companhia é controlada pela LAGENSE S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES, que por sua vez é controlada pela Sra. Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias, controladora final do Grupo.

b. Operações com pessoal chave

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita em Assembleia Geral Ordinária.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício de 31 de dezembro de 2025 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 4.954 (R\$ 4.287 em 31 de março de 2025). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios pós emprego.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de março de 2025, bem como as operações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, relativas às transações com partes relacionadas são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Ativo				
Não circulante				
Mútuos				
Fernando Lopes de Farias	-	52	-	52
Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias	-	304	-	304
Lagense S.A. Administração e Participações.	960	874	960	874
Posto Caete Ltda	25	-	-	-
Companhia Energética de São Miguel dos Campos (a)	15.583	1.013	-	-
	16.568	2.243	960	1.230

(a) Os saldos decorrem de operações de compra e venda entre a controladora e sua controlada, refletindo a dinâmica operacional entre a Usina Caeté S/A e a Companhia Energética de São Miguel dos Campos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Passivo				
Não Circulante				
Mútuos				
Elizabeth Anne Lyra Lopes de Farias	-	-	1.500	600
Posto Caeté Ltda	-	73	-	-
SOTAN - Soc. de Taxi Aéreo do Ne. Ltda	-	6.180	-	-
	-	6.253	1.500	600

Os saldos de mútuos ativos e passivos não circulante referem-se a mútuos sem incidência de encargos financeiros e sem previsão de data para liquidação.

Operações reconhecidas no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de produtos ou serviços				
Companhia Energética de São Miguel dos Campos (a)	5.831	1.499	-	-
Posto Caeté Ltda	2.041	-	-	-
Sotan - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste Ltda	-	-	-	-
Caetex Florestal S/A	1.835	624	1.835	624
	9.707	2.123	1.835	624
Compra de Produtos ou Serviços				
Companhia Energética de São Miguel dos Campos (a)	20.532	3.328	-	-
	20.532	3.328	-	-

(a) A Usina Caeté S.A. fornece biomassa para a Companhia Energética de São Miguel dos Campos, que, por sua vez, fornece energia elétrica, vapor e outras utilidades.

11 - Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

O Imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	Controladora			
	Saldo em			Saldo em
	31/03/2025	Resultado	Realização	31/12/2025
Ativo				
Prejuízo Fiscal	34.295	(17.226)	-	17.069
Base de Cálculo Negativa da Cont. Social	12.346	(6.201)	-	6.145
Provisão para devedores duvidosos	298	(3)	-	295
Provisão para contingências	1.517	(202)	-	1.315
Ativo Biológico	15.311	-	-	15.311
	63.767	(23.632)	-	40.135
Passivo				
Valor presente s/empréstimos e financiamentos	165.524	(21.363)	-	144.161
Reserva de reavaliação	7.285	(152)	-	7.133
	172.809	(21.515)	-	151.294
Líquido (passivo-ativo)	109.042	2.117	-	111.159

	Consolidado			
	Saldo em			Saldo em
	31/03/2025	Resultado	Realização	31/12/2025
Ativo				
Prejuízo Fiscal	108.050	(17.226)	-	90.824
Base de Cálculo Negativa da Cont. Social	38.898	(6.201)	-	32.697
Provisão para devedores duvidosos	298	(3)	-	295
Provisão para contingências	1.517	(202)	-	1.315
Ativo Biológico	15.311	-	-	15.311
	164.074	(23.632)	-	140.442
Passivo				
Valor presente s/empréstimos e financiamentos	165.524	(21.363)	-	144.161
Reserva de reavaliação	7.285	(152)	-	7.133
	172.809	(21.515)	-	151.294
Líquido (passivo-ativo)	8.735	2.117	-	10.852

A Companhia possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar:

	Controladora	
	31/12/2025	31/03/2025
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda	209.248	51.748
b. Base negativa de contribuição social	209.248	51.748
	Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025
a. Prejuízos fiscais do imposto de renda	626.348	443.481
b. Base negativa de contribuição social	684.712	501.979

A Companhia adotou a interpretação IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro. Essa interpretação aborda a contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12 (CPC 32). A entidade deve avaliar se cada tratamento tributário incerto será considerado individualmente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos, adotando a abordagem que melhor estime a resolução da incerteza. A Companhia não identificou impactos relevantes decorrentes da sua adoção.

12 - Investimento e provisão para perdas com investimentos

Em 31 de dezembro de 2025	Controladora							Total
	SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste	Varrela Pecuária Ltda	Companhia Energética de São Miguel dos Campos	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Posto Caeté Ltda	Copersucar S/A	
Método de avaliação	MEP	MEP	MEP	MEP	MEP	MEP	CUSTO	
Ativo total	45.600	10.285	164.233	566.857	9.981	1.168	13.554.719	14.352.843
Capital social	104.752	71.519	124.818	262.741	23.000	800	1.741.076	2.328.706
Patrimônio Líquido	44.228	5.572	(97.441)	316.520	9.970	836	2.120.568	2.400.253
Lucro/Prejuízo do período	3.235	(1.716)	(9.205)	(16.853)	1.547	37	344.578	321.623
Percentual de participação	63,93%	88,67%	100%	21,3%	30%	100%	2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial	2.068	(1.522)	(9.205)	(3.211)	464	37	-	(11.369)
Saldo de investimentos	28.275	4.941	-	59.563	2.991	836	13.855	110.461
Provisão para perdas em investimentos	-	-	97.442	-	-	-	-	97.442

Em 31 de março de 2025	Controladora									
	SOTAN - Sociedade de Táxi Aéreo do Nordeste	Varrela Pecuária Ltda	Companhia Energética de São Miguel dos Campos	Rádio Pioneira de Delmiro Gouveia Ltda	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda	Posto Caeté Ltda	Copersucar S/A	Total
Ativo total	42.161	10.904	159.903	710	585.612	8.443	67.810	345	11.510.917	12.386.805
Capital social	104.752	71.519	124.818	535	232.112	23.000	91.589	300	1.743.602	2.392.227
Patrimônio Líquido	40.993	7.289	(88.236)	608	317.204	8.433	16.047	300	2.062.289	2.364.927
Lucro/Prejuízo do exercício	(1.097)	(1.902)	(11.793)	(98)	(10.909)	1.474	701	-	406.684	383.060
Percentual de participação	63,93%	88,67%	100%	0	21,30%	30%	-	100%	2,03%	
Resultado da equivalência Patrimonial	951	(2.306)	(11.793)	(6)	(1.158)	442	1.103	-	-	(12.767)
Saldo de investimentos	26.207	6.463	-	-	67.567	2.530	-	300	4.618	107.685
Provisão para perdas em investimentos	-	-	88.236	-	-	-	-	-	-	88.236

Usina Caeté S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)



	Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2025	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Copersucar S/A	Total		
Método de avaliação	MEP	MEP	CUSTO			
Ativo total	566.857	9.880	13.554.719	14.131.456		
Capital social	262.741	23.000	1.741.076	2.026.817		
Patrimônio Líquido	316.520	9.970	2.140.568	2.467.058		
Lucro/Prejuízo do período	(16.853)	1.547	344.578	329.272		
Percentual de participação	21,30%	30,00%	2,03%			
Resultado da equivalência patrimonial	(3.211)	464	-	(2.747)		
Saldo de investimentos	59.562	2.991	13.855	76.408		
Em 31 de março de 2025	Rádio Pioneira de Delmiro Gouveia Ltda	Caetex Florestal S/A	Alpha Participações Ltda	Vila da Pedra Empreendimentos Imobiliários Ltda	Copersucar S/A	Total
Ativo total	710	585.612	8.443	57.810	11.510.917	12.163.492
Capital social	535	232.112	23.000	91.589	1.743.602	2.090.838
Patrimônio Líquido	608	317.204	8.433	16.047	2.062.289	2.404.581
Lucro/Prejuízo do exercício	(98)	(10.909)	1.474	701	406.684	397.852
Percentual de participação		21,30%	30,00%		2,03%	
Resultado da equivalência patrimonial	(6)	(1.158)	442	1.103	-	381
Saldo de investimentos	-	67.568	2.530	-	4.618	74.716

Movimentação:

	Controladora		
	Investimentos	Provisão para perdas em Investimentos	Resultado do período
Saldo em 31 de março de 2025	107.685	(88.236)	-
Integralização de capital	9.737	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.798)	-	
Resultado de equivalência patrimonial	(2.163)	(9.206)	(11.369)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	110.461	(97.442)	(11.369)

	Consolidado		
	Investimentos	Provisão para perdas em Investimentos	Resultado do período
Saldo em 31 de março de 2025	74.716	-	-
Integralização de capital	9.237	-	
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.798)	-	
Resultado de equivalência patrimonial	(2.747)	-	(2.747)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	76.408	-	(2.747)

13 - Imobilizado

a. Composição do saldo

	Controladora			
	31/12/2025			31/03/2025
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Em uso				
Terras	11.672	-	11.672	11.672
Edificações e benfeitorias	201.003	(59.552)	141.451	118.299
Formação de cana	620.882	(231.327)	389.555	369.413
Instalações diversas	87.557	(68.458)	19.099	18.338
Máquinas e equipamentos	685.918	(364.391)	321.527	312.814
Máquinas e implementos agrícolas	108.022	(65.830)	42.192	50.298
Moveis e utensílios	8.010	(3.502)	4.508	3.858
Veículos	31.704	(27.246)	4.458	5.460
Aeronaves	-	-	-	1.381
Computadores e periféricos	7.032	(4.747)	2.285	2.504
Aparelhos e ferramentas	13.827	(8.190)	5.637	5.189
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.017	(1.356)	661	671
	1.777.644	(834.599)	943.045	899.897
Imobilização em andamento	62.512	-	62.512	46.101
Adiantamento p/ aquisição Imobilizado	922	-	922	1.414
	1.841.078	(834.599)	1.006.479	947.412

	Consolidado			
	31/12/2025			31/03/2025
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Em uso				
Terras	12.835	-	12.835	12.835
Edificações e benfeitorias	202.717	(59.756)	142.961	119.769
Formação de cana	620.882	(231.327)	389.555	369.413
Instalações diversas	87.578	(68.465)	19.113	18.355
Máquinas e equipamentos	759.614	(393.314)	366.300	361.687
Máquinas e implementos agrícolas	108.687	(66.099)	42.588	50.312
Móveis e utensílios	8.225	(3.603)	4.622	3.968
Veículos	31.984	(27.353)	4.631	5.666
Aeronaves	6.191	(539)	5.652	1.428
Computadores e periféricos	7.265	(4.877)	2.388	2.582
Aparelhos e ferramentas	14.527	(8.542)	5.985	5.494
Equipamentos e aparelhos de telefonia	2.018	(1.356)	662	672
	1.862.523	(865.231)	997.292	952.181
Imobilização em andamento	62.842	-	62.842	46.431
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.479	-	1.479	1.414
	1.926.844	(865.231)	1.061.613	1.000.026

b. Movimentação

	Controladora					Saldo em 31/12/2025
	Saldo em 31/03/2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Em uso						
Terras	11.672	-	-	-	-	11.672
Edificações e benfeitorias	118.299	145	(438)	(2.638)	26.083	141.451
Formação de cana	369.413	99.168	-	(79.026)	-	389.555
Instalações diversas	18.338	8	(55)	(1.349)	2.157	19.099
Máquinas e equipamentos	312.814	2.185	(1.226)	(14.235)	21.989	321.527
Máquinas e implementos agrícolas	50.298	3.319	(32)	(12.295)	902	42.192
Moveis e utensílios	3.858	784	(128)	(267)	261	4.508
Veículos	5.460	924	(873)	(1.053)	-	4.458
Aeronaves	1.381	-	(1.335)	(46)	-	-
Computadores e periféricos	2.504	407	(24)	(614)	12	2.285
Aparelhos e ferramentas	5.189	1.030	(33)	(800)	251	5.637
Equipamentos e aparelhos de telefonia	671	226	(74)	(166)	4	661
	899.897	108.196	(4.218)	(112.489)	51.659	943.045
Imobilização em andamento	46.101	68.070	-	-	(51.659)	62.512
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.414	(492)	-	-	-	922
	947.412	175.774	(4.218)	(112.489)	-	1.006.479

Usina Caeté S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)



	Consolidado					
	Saldo em 31/03/2025	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Em uso						
Terras	12.835	-	-	-	-	12.835
Edificações e benfeitorias	119.769	233	(438)	(2.686)	26.083	142.961
Formação de cana	369.413	99.168	-	(79.026)	-	389.555
Instalações diversas	18.355	8	(55)	(1.352)	2.157	19.113
Máquinas e equipamentos	361.687	3.079	(1.226)	(19.229)	21.989	366.300
Máquinas e implementos agrícolas	50.312	3.735	(32)	(12.329)	902	42.588
Moveis e utensílios	3.968	806	(128)	(285)	261	4.622
Veículos	5.666	924	(873)	(1.086)	-	4.631
Aeronaves	1.428	6.130	(1.335)	(571)	-	5.652
Computadores e periféricos	2.582	449	(24)	(631)	12	2.388
Aparelhos e ferramentas	5.494	1.135	(33)	(862)	251	5.985
Equipamentos e aparelhos de telefonia	672	226	(74)	(166)	4	662
	952.181	115.893	(4.218)	(118.223)	51.659	997.292
Imobilização em andamento	46.431	68.070	-	-	(51.659)	62.842
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	1.414	65	-	-	-	1.479
	1.000.026	184.028	(4.218)	(118.223)	-	1.061.613

	Controladora					
	Saldo em 31/03/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	
Em uso						
Terras	11.724	-	(51)	-	-	11.673
Edificações e benfeitorias	86.731	-	-	(2.076)	11.715	96.370
Formação de cana	269.303	100.878	-	(67.812)	-	302.369
Instalações diversas	9.495	158	(4)	(1.076)	10.206	18.779
Máquinas e equipamentos	147.341	3.994	(2.996)	(8.062)	59.657	199.934
Máquinas e implementos agrícolas	42.017	21.864	(84)	(10.380)	1.069	54.486
Moveis e utensílios	2.718	524	(9)	(208)	523	3.548
Veículos	5.018	1.687	(30)	(921)	-	5.754
Aeronaves	1.525	-	-	(109)	-	1.416
computadores e periféricos	2.232	530	(1)	(529)	262	2.494
Aparelhos e ferramentas	3.381	1.491	(36)	(573)	737	5.000
Equipamentos e aparelhos de telefonia	624	134	(3)	(143)	-	612
	<u>582.109</u>	<u>131.260</u>	<u>(3.214)</u>	<u>(91.889)</u>	<u>84.169</u>	<u>702.435</u>
Imobilização em andamento	38.404	179.375	-	-	(84.169)	133.610
Adiantamento p/ aquisição Imobilizado	79	8.900	-	-	-	8.979
	<u>620.592</u>	<u>319.535</u>	<u>(3.214)</u>	<u>(91.889)</u>	<u>-</u>	<u>845.024</u>

	Consolidado					
	Saldo em 31/03/2024	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Em uso						
Terras	12.835	51	(51)	-	-	12.835
Edificações e benfeitorias	88.272	-	-	(2.129)	11.715	97.858
Formação de cana	269.303	100.878	-	(67.812)	-	302.369
Instalações diversas	9.514	158	(4)	(1.078)	10.206	18.796
Máquinas e equipamentos	199.236	7.947	(3.067)	(13.275)	59.657	250.498
Máquinas e implementos agrícolas	42.062	21.864	(84)	(10.403)	1.069	54.508
Moveis e utensílios	2.835	536	(9)	(228)	523	3.657
Veículos	5.103	1.985	(186)	(930)	-	5.972
Aeronaves	1.579	-	-	(115)	-	1.464
Computadores e periféricos	2.286	573	(1)	(542)	262	2.578
Aparelhos e ferramentas	3.659	1.504	39	(628)	737	5.311
Equipamentos e aparelhos de telefonia	625	133	(3)	(142)	-	613
	637.309	135.629	(3.366)	(97.282)	84.169	756.459
Imobilização em andamento	38.404	179.704	-	-	(84.169)	133.939
Adiantamento p/ aquisição imobilizado	79	8.900	-	-	-	8.979
	675.792	324.233	(3.366)	(97.282)	-	899.377

Em decorrência de determinados empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia, bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 358.371 (R\$ 194.457 em 31 de março de 2025) encontram-se gravados em garantia dos credores, conforme detalhado na Nota Explicativa 16.

14 - Direito de uso, arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia adota o IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos que estabelece um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. O direito de uso do ativo é reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo.

A seguir, algumas definições:

Arrendamento

A Companhia considera arrendamento todo contrato que, mediante contraprestação, lhe transferem o direito de controlar o uso de um ativo por determinado período. Dessa forma, os contratos de parceria agrícola foram contabilizados no escopo da norma contábil, não obstante tenham natureza jurídica diversa aos arrendamentos.

Arrendatária

A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios: (i) passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e (ii) ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente. A remensuração do direito de uso e do saldo a pagar é realizada anualmente, na variação do índice com metodologia do Consecana-SP para o Estado de São Paulo e Sindiáçúcar-AL para o Estado de Alagoas.

Não foram reconhecidos ativos e passivos para contratos de baixo valor (computadores, telefones e equipamentos de informática em geral) e/ou vigência limitada a 12 meses. Os pagamentos associados a esses contratos foram registrados como despesa pelo método linear.

A movimentação do direito de uso foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Arrendamentos	Parcerias agrícolas	Veículos, máquinas e implementos	Total
Adoção em 31 de março de 2025	20.074	603.416	68.634	692.124
(+) Novos contratos	2.072	60.781	54.832	117.685
(-) Baixa de contratos	(619)	(22.189)	(3.183)	(25.991)
(+/-) Remensuração	40	2.251	133	2.424
(-) Amortização/Depreciação	(3.442)	(65.978)	(24.570)	(93.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	18.125	578.281	95.846	692.252

A movimentação do arrendamento a pagar e da parceria agrícola a pagar foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Arrendamentos	Parcerias agrícolas	Veículos, máquinas e implementos	Total
Saldo em 31 de março de 2025	20.074	603.416	68.634	692.124
(+) Novos contratos	2.072	60.781	54.832	117.685
(-) Baixa de contratos	(619)	(22.189)	(3.183)	(25.991)
(+/-) Remensuração	40	2.251	133	2.424
(+) Juros	2.761	80.755	10.940	94.456
(-) Pagamentos	(5.066)	(120.675)	(31.719)	(157.460)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.262	604.339	99.637	723.238
Circulante	5.247	100.002	42.435	147.684
Não Circulante	14.015	504.337	57.202	575.554

Os saldos de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

Vencimentos	Controladora
2026	79.081
2027	78.280
2028	65.421
2029	46.280
2030	35.349
2031	27.241
2032 a 2060	243.902
	575.554

15 - Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Fornecedores de cana de açúcar	66.065	26.245	66.065	26.245
Fornecedores diversos	51.210	64.802	54.218	66.360
	117.275	91.047	120.283	92.605

A exposição da Companhia a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores é divulgada na Nota 29.

16 - Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente mensurados pelo valor amortizado nos respectivos vencimentos, conforme demonstrados pelo valor contábil. Para mais informações sobre a exposição do grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota 29.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Passivo circulante				
Empréstimos bancários garantidos	436.918	300.021	443.977	305.988
	436.918	300.021	443.977	305.988
Passivo não circulante				
Empréstimos bancários garantidos	1.224.794	1.080.637	1.449.372	1.307.989
Ajuste a valor presente	(423.715)	(486.677)	(423.715)	(486.677)
	801.079	593.960	1.025.657	821.312
	1.237.997	893.981	1.469.634	1.127.300

Os empréstimos estavam compostos da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025:

			Controladora			
			31/12/2025		31/03/2025	
Tipo	Indexador	Encargos financeiros Taxa média anual de juros	Valor Nominal	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Contábil
			Finame	R\$	SELIC + 6,11% a.a até SELIC + 6,70% a.a.	8.739
Capital de Giro – Exportação	US\$	V.C.	393	393	411	411
ACC	US\$	V.C + 6,60% a.a. até V.C + 9,45% a.a.	109.162	109.162	-	-
Pré Pagamento Exportação	US\$	V.C + 2,00% a.a.	442.930	19.215	506.561	19.884
Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDI + Juros 3,0416% a 3,50% a.a. / Juros de 3,53% a 17,2384% a.a. / SELIC + 2,89a.a. / IPCA + 11,5495% a.a.	462.149	462.149	234.877	234.877
Cédula Crédito Exportação	R\$	CDI + 2,42%a.a. a até CDI + 2,95%a.a.	245.958	245.958	315.513	315.513
Debêntures	R\$	IPCA + 8,2870% a.a. / 13,8973% a.a.	186.832	186.832	190.156	190.156
Nota de Crédito Exportação	R\$	CDI + 3,66% a.a.	-	-	9.579	9.579
CRA	R\$	CDI + 2,95% a.a. até CDI + 4% a.a. / 17,76% a.a.	96.312	96.312	36.248	36.248
CPR	R\$	CDI + 2,10% a.a. até CDI + 5% a.a.	109.237	109.237	73.774	73.774
			1.661.712	1.237.997	1.380.658	893.981
			Consolidado			
			31/12/2025		31/03/2025	
Tipo	Indexador	Encargos financeiros Taxa média anual de juros	Valor Nominal	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Contábil
			Finame	R\$	SELIC + 6,11% a.a até SELIC + 6,70% a.a.	8.739
Capital de Giro – Exportação	US\$	V.C.	393	393	411	411
ACC	US\$	V.C + 6,60% a.a. até V.C + 9,45% a.a.	109.162	109.162	-	-
Pré-Pagamento Exportação	US\$	V.C + 2,00% a.a.	442.930	19.215	506.561	19.885
Cédula de Crédito Bancário	R\$	CDI + Juros 3,0416% a 3,50% a.a. / Juros de 3,53% a 17,2384% a.a. / SELIC + 2,89a.a. / IPCA + 5,2300% a.a IPCA + 11,5495% a.a.	693.786	693.786	468.194	468.195
Cédula Crédito Exportação	R\$	CDI + 2,42%a.a. a até CDI + 2,95%a.a.	245.958	245.958	315.513	315.513
Debêntures	R\$	IPCA + 8,2870% a.a. / 13,8973% a.a.	186.832	186.832	190.156	190.156
Nota de Crédito Exportação	R\$	CDI + 3,66% a.a.	-	-	9.579	9.579
CRA	R\$	CDI + 2,95% a.a. até CDI + 4% a.a. / 17,76% a.a.	96.312	96.312	36.248	36.248
CPR	R\$	CDI + 2,10% a.a. até CDI + 5% a.a.	109.237	109.237	73.774	73.774
			1.893.349	1.469.634	1.613.975	1.127.300

A movimentação dos saldos de financiamentos e empréstimos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Saldo inicial	893.981	537.645	1.127.300	770.841
Captações	569.778	634.626	569.778	635.620
Juros incorridos	68.425	119.763	81.869	139.490
Variação cambial	(18.911)	69.768	(18.911)	69.768
Pagamento de Principal	(224.375)	(343.853)	(227.162)	(352.518)
Pagamento de juros	(113.862)	(53.282)	(126.201)	(65.215)
Ajuste a valor presente	62.961	(70.686)	62.961	(70.686)
Saldo final	1.237.997	893.981	1.469.634	1.127.300

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
1-2 anos	289.622	169.336	295.049	175.325
2-5 anos	120.122	261.435	143.151	281.971
mais de 5 anos	391.335	163.189	587.457	364.016
	801.079	593.960	1.025.657	821.312

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 1.136.995 (R\$ 1.071.263 em 31 de março de 2025). As demais garantias referem-se a contratos comerciais, aplicações vinculadas, contratos de energia, hipotecas, notas promissórias e fianças que totalizam o valor de R\$ 792.035 (R\$ 394.825 em 31 de março de 2025).

Debêntures

Em 31 de maio de 2024, a companhia realizou junto ao credor o resgate antecipado integral das 100 debêntures de 1ª série com o valor unitário atualizado de R\$ 914.596.

Em 12 de junho de 2024, a companhia, em processo de gerenciamento de dívidas bancárias, optou em realizar uma captação por meio de Debêntures incentivadas no mercado de capitais. A operação terá um prazo de 07 anos, com 04 anos de carência no valor principal da dívida.

A Escritura de Emissão de Debêntures foi firmada com base nas deliberações da assembleia geral extraordinária da Emissora realizada em 05 de junho de 2024 ("Ato Societário da Emissora"), na qual foram deliberadas: (a) a realização da Emissão e da Oferta, bem como seus respectivos termos e condições; (b) a constituição das Garantias Reais em favor dos Debenturistas e seus termos e condições, e a respectiva celebração dos Contratos de Garantia; (c) a autorização à Diretoria da Emissora para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, podendo, inclusive, celebrar eventuais aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e (d) a ratificação de todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Emissora com relação aos itens acima.

Foram emitidas 180.000 (cento e oitenta mil) Debêntures, sendo (a) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 1ª (primeira) série da Emissão ("Debêntures da Primeira Série") e (b) 90.000 (noventa mil) Debêntures da 2ª (segunda) série da Emissão ("Debêntures da Segunda Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, "Debêntures").

O valor total da Emissão é de R\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão, sendo (a) R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) referente às Debêntures da Primeira Série (conforme abaixo definido) e (b) R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) referente às Debêntures da Segunda Série.

As debêntures e empréstimos estão sujeitos a certas condições restritivas, relacionadas à manutenção de determinados covenants não financeiros estabelecidos na Escritura de Emissão e respectivos contratos. Dentre os covenants não financeiros estabelecidos podemos destacar alguns dos principais:

- Não transformar a Emissora, de forma que deixe de ser Sociedade Anônima, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- Não alterar o controle direto ou indireto da emissora e das garantidoras sem prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em assembleia geral convocada especificamente para este fim;
- Não transferir ou ceder de qualquer forma as obrigações assumidas nesta Escritura;
- Não constituir ônus sobre os ativos da emissora e da fiadora correspondente a um valor individual agregado igual ou superior a 20% (vinte por cento) do total dos ativos, com base nas demonstrações contábeis consolidadas auditadas.
- Dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3(três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, apresentar demonstrações contábeis auditadas por uma Empresa Elegível; e
- Não vender ou realizar transferência de ativos à terceiros, pela Emissora e/ou pela Fiadora e/ou de suas respectivas controladas, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com exceção de vendas ou transferências relacionadas à substituição de ativos operacionais em razão de desgaste, depreciação e/ou obsolescência, desde que no curso normal dos negócios, em linha com suas práticas usuais.

Cláusulas restritivas financeiras de dívida (covenants financeiros)

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes dos contratos de financiamentos e empréstimos bancários, relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos nesses contratos (covenants financeiros). Destaca-se que o covenant relacionado a Dívida Líquida por Tonelada de Cana Moída ultrapassou o limite de R\$ 100,00, ficando em R\$ 150,06 por tonelada, o qual a companhia teve a concessão de *waiver* junto ao credor para o referido descumprimento, não sendo necessária a reclassificação da dívida para o curto prazo. Os demais covenants foram atendidos em 31 de março de 2025.

17 - Salários e férias a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Salários ordenados e comissões	15.671	10.418	15.879	10.594
Indenizações trabalhistas	871	135	872	137
Rescisões a pagar	77	192	77	192
Férias	28.681	22.681	29.204	23.131
Decimo terceiro salário	-	3.831	-	3.897
Encargos sociais	3.778	3.486	3.916	3.618
	49.078	40.743	49.948	41.569

18 - Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Adiantamento mercado externo	94.354	70.835	94.354	70.835
Adiantamento mercado interno	98.147	50.682	112.609	65.623
	192.501	121.517	206.963	136.458
Circulante	130.599	109.850	145.061	124.791
Não Circulante	61.902	11.667	61.902	11.667

Os adiantamentos no mercado externo, previstos para liquidação no próximo período, são compostos por valores antecipados por clientes, em moeda estrangeira, para a aquisição de açúcar e etanol destinados à exportação. Esses valores são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data da transação.

Usualmente, os clientes pagam 80% do volume contratado antes dos embarques e os 20% restantes contra o embarque da mercadoria.

19 - Tributos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Previdência social a recolher	8.007	6.565	8.117	6.642
FGTS a recolher	2.500	1.246	2.541	1.270
IRRF a recolher	1.492	702	1.584	732
INSS fornecedores de cana	444	16	444	16
ICMS Operações Normais	1.293	1.493	1.385	1.493
Pis/Cofins a Recolher	203	-	214	6
Outros	1.485	1.300	1.599	1.307
	15.424	11.322	15.884	11.466

20 - Parcelamentos de tributos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Parcelamento Simplificado RFB	-	-	20	30
Parcelamento Simplificado INSS - RFB Nº 63758272-1	-	-	-	34
Parcelamento Extraordinário INSS - PGFN Nº 201952110932	-	-	-	38
Parcelamento Demais Débitos - PGFN Nº 202632110834	-	-	-	66
Parcelamento Especial REFIS - Lei 11.941/09 (i)	732	876	732	876
Parcelamento Simplificado ITR - RFB Nº 4048362-2	-	-	43	50
Parcelamento RICMS AI - Nº 18266952	-	-	31	117
Parcelamento P.E.R.T. - Lei 13.496/2017 (ii)	6.169	6.854	6.169	6.854
Parcelamento ICMS - Proc. 00815891-7 (iii)	-	636	-	636
Parcelamento ICMS - Proc. 00819623-2 (iii)	-	855	-	855
Parcelamento ICMS - Proc. 00839477-3 (iii)	2.203	3.589	2.203	3.589
Parcelamento ICMS - Proc. 00860540-9 (iii)	-	1.126	-	1.126
Parcelamento Simplificado INSS - Nº 644186283	12	111	12	111
Parcelamento de Transação - PTE Nº 70098250-5 (iv)	192	965	192	965
Parcelamento de Transação - PTE Nº 70104158-5 (iv)	3.149	3.529	3.149	3.529
Parcelamento ICMS Nº 18349704	-	-	180	169
Parcelamento Fecoeop Nº 18349703	-	-	1	52
Parcelamento ICMS - Proc. 00913677-3 (iii)	1.955	3.112	1.955	3.112
Parcelamento ICMS - Proc. 00919630-2 (iii)	1.260	6.232	1.260	6.232
	15.672	27.885	15.947	28.441
Circulante	8.328	16.275	8.566	16.707
Não Circulante	7.344	11.610	7.381	11.734

(i) Em novembro de 2009, a Administração da Companhia aderiu ao Programa de Redução e Parcelamento de Tributos, conforme disposto na Lei nº 11.941/09. Em fevereiro de 2010, a Companhia formalizou a desistência de todos os processos administrativos e judiciais relacionados aos débitos incluídos no programa. No decorrer de 2011, foram cumpridas, de forma tempestiva, todas as exigências de prestação de informações e declarações necessárias para a consolidação dos valores devidos. Conforme estabelecido na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, de 3 de fevereiro de 2011, foi seguido o cronograma para apresentação das informações exigidas, e, em junho de 2011, concluiu-se a consolidação do parcelamento requerido, com pagamento previsto em até 180 parcelas mensais. A Companhia vem cumprindo regularmente as obrigações decorrentes deste parcelamento.

(ii) Em abril e agosto de 2017, a Companhia aderiu aos novos programas de parcelamento e redução de tributos instituídos pela Medida Provisória nº 766/2017 e posteriormente pela Lei nº 13.496/2017 (conhecidos como “novos Refis”). Esses programas abrangeram tanto a consolidação de parcelamentos anteriormente existentes quanto a inclusão de novos débitos tributários, mediante a desistência de processos judiciais e administrativos. No exercício de 2017, foram contabilizados os valores correspondentes, com os devidos registros e reclassificações nos demonstrativos financeiros.

(iii) Parcelamento ordinário junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP), referente a saldos de ICMS oriundos de operações regulares de venda

(iv) Parcelamento firmado com a SEFAZ/SP referente a débitos de ICMS inscritos em Dívida Ativa do Estado de São Paulo.

A movimentação dos parcelamentos de tributos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Saldo Inicial	27.884	34.729	28.439	35.442
Novas adesões	-	9.996	-	10.264
Juros e multas incorridos	1.823	(1.342)	1.955	(1.296)
Amortizações	(14.035)	(15.498)	(14.447)	(15.969)
Saldo final	15.672	27.885	15.947	28.441

21 - Provisão para processos judiciais

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia as probabilidades de materialização de passivos decorrentes de processos judiciais de naturezas trabalhista, previdenciária, ambiental, tributária, cível e outras.

A provisão para fazer face às prováveis perdas futuras é constituída com base na probabilidade de insucesso nas questões envolvidas, sendo prática da Companhia o provisionamento integral das obrigações consideradas prováveis, até que a obrigação seja liquidada ou revertida em decorrência de nova avaliação dos consultores jurídicos.

A seguir, apresentam-se os detalhes dos riscos relacionados aos processos judiciais provisionados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Créditos de IPI (Crédito Prêmio Exportação, não tributável e alíquota zero)	R\$ 21.786	R\$ 21.175	R\$ 21.786	R\$ 21.175
Contingências Trabalhistas e fiscais	R\$ 3.876	R\$ 4.469	R\$ 3.876	R\$ 4.469
Saldo líquido	R\$ 25.662	R\$ 25.644	R\$ 25.662	R\$ 25.644

Em 31 de dezembro de 2025, a Usina Caeté S.A possui depósitos judiciais, no montante de R\$ 3.894 (R\$ 3.638 em 31 de março de 2025) realizados em garantia aos passivos contingentes em aberto.

Movimentação da provisão para processos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Saldo em 31 de março de 2025	25.644	24.341	25.644	24.341
Constituição	18	1.303	18	1.303
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.662	25.644	25.662	25.644

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade de determinados tributos. Os montantes envolvidos nesses processos foram devidamente provisionados e, em parte, depositados judicialmente. Com base nas opiniões de seus assessores jurídicos, a Companhia não espera perdas adicionais ao encerramento desses processos além dos valores já provisionados.

Processos judiciais passivos com probabilidade possível

A Companhia também possui outros processos judiciais relacionados a questões trabalhistas, cíveis e tributárias, cuja probabilidade de perda, conforme avaliação de seus consultores jurídicos, é considerada possível, porém não provável. O valor total envolvido é de R\$ 9.097 (R\$ 7.423 em 31 de março de 2025).

A administração da Companhia, com base nas opiniões de seus consultores jurídicos, entende que não há necessidade de constituição de provisão para eventual perda nesses casos.

22 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 550.000, (R\$ 550.000 em 31 de março de 2025), dividido em 9.756 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a Lagense S.A Administração e Participações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Reserva de reavaliação (Custo atribuído)

Constituída em decorrência da reavaliação parcial de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada em 31/12/2005. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos e estão classificados no passivo não circulante.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários.

	Valor de aquisição	Depreciação Acumulada	% de Depreciação	Valor residual	% Residual	Tempo a Depreciar
Edificações e construções						
Usina Caeté - Unid. Caeté	R\$ 20.289	R\$ 11.251	2%	R\$ 9.038	44,55%	23 anos
Usina Caeté - Unid. Marituba	R\$ 9.215	R\$ 5.109	2%	R\$ 4.106	44,55%	23 anos
Usina Caeté - Unid. Cachoeira	R\$ 680	R\$ 376	2%	R\$ 304	44,67%	23 anos
Total	R\$ 30.184	R\$ 16.736	2%	R\$ 13.448		

Outros resultados abrangentes

Corresponde à variação reflexa na participação de investimentos em coligadas e controladas, além de ganhos e perdas na participação relativa.

c. Reserva de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por objetivo assegurar a integridade do capital social e só pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia possui programa de incentivo fiscal estadual, junto ao Estado de Alagoas na forma de crédito presumido do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, com redução parcial deste. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da Companhia.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros Acumulados.

Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do resultado líquido do período, ajustado na forma da Lei.

23 - Receita operacional líquida

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025 9 meses	31/12/2024 9 meses	31/12/2025 3 meses	31/12/2024 3 meses	31/12/2025 9 meses	31/12/2024 9 meses	31/12/2025 3 meses	31/12/2024 3 meses
Receita mercado interno	815.209	928.963	345.815	386.808	827.629	941.499	354.574	394.528
Açúcar	291.090	255.511	75.059	94.741	291.090	255.511	75.059	94.741
Etanol	350.871	551.198	208.976	230.037	351.022	551.039	209.165	229.930
Vendas de produtos agrícolas	23.962	26.324	21.260	21.144	24.067	26.324	21.334	21.144
Vendas de energia elétrica	84.641	22.749	17.226	15.048	91.858	30.663	22.133	19.417
Vendas de serviços	1.835	1.618	381	695	2.835	3.503	951	1.487
Bagaço de cana	5.511	3.229	3.445	2.586	3.273	821	1.384	499
Receita – CBIOs	3.847	10.996	468	3.055	3.847	10.996	468	3.055
Outras receitas de vendas	29.622	27.871	9.317	5.547	32.728	29.722	11.487	7.118
Receita de incentivos fiscais (i)	23.830	29.467	9.683	13.955	26.909	32.920	12.593	17.137
Receita mercado externo	409.478	159.877	96.934	64.566	409.478	159.877	96.934	64.566
Açúcar	388.107	150.802	92.796	60.911	388.107	150.802	92.796	60.911
Etanol	11.889	-	1.518	-	11.889	-	1.518	-
Materiais	3	25	2	-	3	25	2	-
Receita de incentivos fiscais (i)	9.479	9.050	2.618	3.655	9.479	9.050	2.618	3.655
Receita bruta fiscal	1.224.687	1.088.840	442.749	451.374	1.237.107	1.101.376	451.508	459.094
(-) Deduções dos impostos e contribuições	(109.044)	(137.210)	(43.641)	(56.614)	(115.938)	(144.784)	(49.399)	(62.633)
Vendas canceladas	(2.702)	(7.307)	(673)	(3.737)	(2.771)	(7.551)	(727)	(3.737)
Impostos s/circulação de mercadorias e serviços	(49.170)	(70.511)	(17.005)	(27.911)	(53.108)	(74.857)	(20.411)	(31.610)
Pis s/faturamento	(5.559)	(5.292)	(2.638)	(2.154)	(6.018)	(5.777)	(3.002)	(2.530)
Cofins s/faturamento	(25.578)	(24.340)	(12.136)	(9.906)	(27.691)	(26.577)	(13.810)	(11.636)
INSS s/faturamento	(23.267)	(25.459)	(9.740)	(10.443)	(23.339)	(25.482)	(9.792)	(10.459)
ICMS substituição tributária	(2.846)	(3.744)	(1.466)	(2.187)	(2.846)	(3.744)	(1.466)	(2.187)
Outros	78	(557)	17	(276)	(165)	(796)	(191)	(474)
Total da receita líquida	1.115.643	951.630	399.108	394.760	1.121.169	956.592	402.109	396.461

24 - Custos dos produtos vendidos

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses
		(Reclassificado)		(Reclassificado)		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Depreciação de máquinas, equipamentos e instalações	(32.726)	(23.451)	(10.639)	(8.922)	(32.827)	(28.829)	(10.676)	(10.764)
Depreciação da Lavoura	(79.026)	(67.812)	(28.178)	(25.555)	(79.026)	(67.812)	(28.178)	(25.555)
Amortização do ativo biológico	(143.838)	(191.932)	(72.085)	(104.404)	(143.838)	(191.932)	(72.085)	(104.404)
Depreciação - IFRS 16/CPC 06	(93.990)	(104.461)	(34.987)	(37.963)	(93.990)	(104.461)	(34.987)	(37.963)
Matéria prima	(170.721)	(189.741)	(89.605)	(97.227)	(170.721)	(189.741)	(89.605)	(97.227)
Serviços e locações	(144.929)	(70.552)	(28.424)	(18.469)	(145.150)	(70.651)	(29.155)	(14.307)
Despesa com pessoal	(124.567)	(72.572)	(31.926)	(27.872)	(119.302)	(72.602)	(27.799)	(21.794)
Combustíveis, lubrificantes e peças	(88.644)	(50.410)	(22.966)	(18.128)	(90.461)	(52.209)	(22.895)	(14.042)
Insumos utilizados na produção	(13.549)	(44.464)	(2.534)	(11.200)	(23.015)	(44.943)	(13.948)	(16.260)
Outros custos	(24.452)	(21.729)	(52.756)	(5.382)	(27.280)	(22.897)	(46.152)	(7.674)
	(916.442)	(837.124)	(374.100)	(355.122)	(925.610)	(846.077)	(375.480)	(349.990)

25 - Despesas com vendas

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses
Despesas com pessoal	(881)	(806)	(268)	(314)	(881)	(806)	(268)	(314)
Depreciação	(3)	(2)	(1)	(1)	(3)	(2)	(1)	(1)
Comissão sobre vendas	(3.039)	(3.537)	(899)	(901)	(3.048)	(3.687)	(907)	(955)
Despesas com exportação	(4.697)	(9.140)	(1.662)	3.639	(4.697)	(9.140)	(1.662)	3.639
Frete, transportes e armazenagem	(39.355)	(13.210)	(9.856)	(4.372)	(39.355)	(13.210)	(9.857)	(4.372)
Aluguéis diversos	(549)	(51)	(318)	(21)	(552)	(56)	(318)	(26)
Provisão para devedores duvidosos	8	(195)	-	(195)	93	(339)	291	(339)
Outras despesas	(6.569)	(4.434)	(1.675)	(2.381)	(6.658)	(4.830)	(1.697)	(2.743)
	(55.085)	(31.375)	(14.679)	(4.546)	(55.101)	(32.070)	(14.419)	(5.111)

26 - Despesas administrativas e gerais

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses
Despesas com pessoal	(40.731)	(35.735)	(14.079)	(12.290)	(41.123)	(36.197)	(14.251)	(12.459)
Depreciação	(1.002)	(797)	(329)	(290)	(1.536)	(815)	(640)	(308)
Material de manutenção e consumo	(3.498)	(3.351)	(791)	(1.380)	(3.505)	(3.352)	(797)	(1.380)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(23.866)	(26.351)	(8.233)	(6.777)	(23.877)	(26.378)	(8.243)	(6.786)
Outras despesas	(6.200)	(6.453)	(1.675)	(2.864)	(6.360)	(6.405)	(1.755)	(2.788)
	(75.297)	(72.687)	(25.107)	(23.601)	(76.401)	(73.147)	(25.686)	(23.721)

27 - Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses
Outras receitas operacionais:								
Crédito de PIS Lei 10.637/02 e COFINS Lei 10.833/03	85	64	26	24	85	64	27	24
Lucro na venda do ativo imobilizado	3.661	10.926	(1.095)	462	3.661	11.024	(1.095)	393
Recuperação de receitas diversas	2.839	6.793	1.339	4.644	12.123	15.006	4.574	7.941
Aluguéis e arrendamentos	160	1.291	159	338	160	1.291	160	338
Outras receitas operacionais	14.173	1.505	10.278	597	14.516	4.385	10.513	2.799
	20.918	20.579	10.707	6.065	30.545	31.770	14.179	11.495
Outras despesas operacionais:								
Contribuição de associação de classe	(540)	(684)	(173)	(283)	(540)	(684)	(173)	(283)
Multas e taxas	(1.186)	347	(478)	1.007	(1.436)	(91)	(566)	(904)
ICMS diferença de alíquota	(516)	8.510	(128)	8.656	(1.188)	7.594	(293)	8.396
Imposto sobre operações financeiras	(1.974)	(378)	(427)	(275)	(2.037)	(421)	(432)	(283)
Indenizações diversas	(713)	(62)	(229)	(24)	(713)	(62)	(229)	(24)
Perda no Recebimento de Crédito	(7)	-	-	-	(111)	-	-	-
Outras despesas operacionais	(1.695)	(1.845)	(1.107)	(457)	(1.976)	(2.170)	(1.201)	1.323
	(6.631)	5.888	(2.542)	8.624	(8.001)	4.166	(2.894)	8.225
Líquidas	14.287	26.467	8.165	14.689	22.544	35.936	11.285	19.720

28 - Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses	9 meses	9 meses	3 meses	3 meses
Receitas financeiras:								
Juros sobre aplicações financeiras	6.444	9.705	2.694	1.544	10.098	9.762	4.017	1.562
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	423.847	106.574	(37.449)	64.836	423.847	106.574	(37.450)	64.836
Outras receitas financeiras	28.957	8.236	14.834	5.765	29.390	11.310	14.834	5.784
	459.248	124.515	(19.921)	72.145	463.335	127.646	(18.599)	72.182
Despesas financeiras:								
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(74.337)	(89.918)	4.746	(36.898)	(89.278)	(105.516)	671	(42.465)
Juros mora fornecedores	(280)	(164)	(1)	(2)	(282)	(164)	(2)	(2)
Juros sobre impostos e contribuições	(3.277)	2.694	(758)	2.081	(3.410)	2.577	(871)	1.989
Juros - IFRS 16/CPC 06	(94.456)	-	(32.904)	-	(94.456)	-	(32.904)	-
Ajuste a valor justo s/ empréstimos e financiamentos	(487.106)	-	(410)	1.497	(487.105)	-	(410)	1.497
Outras despesas financeiras	(16.530)	(34.300)	(6.663)	(10.790)	(16.679)	(34.304)	(6.719)	(10.795)
	(675.986)	(121.688)	(35.990)	(44.112)	(691.210)	(137.407)	(40.235)	(49.776)
Variações cambiais líquidas:								
Variações cambiais ativas	68.607	21.502	4.461	682	68.613	21.504	4.465	683
Variações cambiais passivas	(48.055)	(127.809)	(27.167)	(66.907)	(48.058)	(127.817)	(27.168)	(66.915)
	20.552	(106.307)	(22.706)	(66.225)	20.555	(106.313)	(22.703)	(66.232)
Resultado financeiro	(196.186)	(103.480)	(78.617)	(38.192)	(207.320)	(116.074)	(81.537)	(43.826)

29 - Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de commodities e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A diretoria da Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para: (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratados; (ii) estimativas do valor de cada risco, tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos, à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços e taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar, etanol e outros produtos da Companhia contra riscos de variação cambial, flutuação dos preços e variações nas taxas de juros.

29.1 Riscos de Mercado

(a) Risco cambial

A administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial para reduzir os efeitos adversos causados por um potencial descasamento de moedas.

Para administrar seu risco cambial, são utilizados contratos a termo de moedas, ("NDFs"), estratégias de opções e *hedge* natural (tais como dívidas ou compras em moeda estrangeira). A política de gestão de risco financeiro da Companhia define diretrizes que estabelecem o volume de proteção adequado dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial nas demonstrações contábeis intermediárias atuais:

Consolidado	31/12/2025	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante e não circulante:		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	3.528	644
Contas a receber de clientes	4.655	846
Instrumentos financeiros derivativos	291	53
(+) Total dos ativos	8.474	1.543
Passivo circulante e não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	128.770	23.402
Instrumentos financeiros e derivativos	428	78
(-) Total dos Passivos	129.198	23.480
Exposição líquida	(120.724)	(21.937)

A exposição líquida deduz empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, uma vez que estes serão liquidados com recursos oriundos das receitas com exportações futuras e, portanto, protegidos pela política de *hedge* da Companhia.

Os referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas demonstrações contábeis intermediárias de 31 de dezembro de 2025 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 5,5024 por US\$ 1,00 para os ativos e para os passivos. Os instrumentos financeiros e derivativos negociados em corretora estão convertidos sob a taxa do dólar comercial referencial (*Bloomberg*) de R\$ 5,4874 por US\$ 1,00.

(b) Risco de volatilidade no preço de commodities

A Companhia está sujeita às oscilações nos preços de commodities, especialmente relacionadas ao açúcar e ao etanol, o que pode afetar diretamente seu desempenho econômico-financeiro.

Para reduzir a exposição a esse risco, são adotadas práticas de gestão que podem incluir, quando aplicável, a utilização de instrumentos financeiros derivativos, além do acompanhamento contínuo das condições de mercado.

(c) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Quanto à moeda estrangeira, nos empréstimos e financiamentos, os riscos de flutuação de taxa de juros e moeda são mitigados através das exportações.

(d) Análise de sensibilidade dos riscos de mercado

O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes aos quais a Companhia está exposta.

	Fator de Risco	Impactos no resultado	
		Cenários possíveis 25%	Cenários prováveis 50%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	2.646	1.764
(+) Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	3.491	2.327
(-) Empréstimos e financiamentos	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(160.962)	(193.155)
Instrumentos financeiros derivativos			
(+) Contratos a termo de moeda	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	218	145
(-) Contratos a termo de moeda	Alta na taxa de câmbio R\$/US\$	(535)	(642)
Exposição líquida		(155.142)	(189.561)

A análise de sensibilidade da variação cambial foi efetuada considerando a variação percentual de 25% e 50% na respectiva curva de mercado do risco associado, descrito na tabela acima (câmbio e preço de commodities).

(e) Instrumentos financeiros

A Companhia optou pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros. Os instrumentos eleitos para designação são: a) derivativos de açúcar, etanol e moeda estrangeira (dólar americano); b) dívidas em moeda estrangeira (dólar americano), que efetuam coberturas de vendas das safras 2025/26, 2026/27 e 2027/28, e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos e retrospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Em relação aos *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados para proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar.

Para os *hedges* de câmbio, os instrumentos financeiros derivativos e não derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de "Termos de Moeda" (NDFs), estratégias de Opções e Dívidas em moeda estrangeira contratadas junto a instituições financeiras de primeira linha, e dentro dos critérios de Gestão de risco mencionados no item.

Nas demonstrações contábeis intermediárias atuais, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos estão apresentados a seguir:

Consolidado	Dezembro de 2025
	Valor Atual (R\$)
No ativo circulante e não circulante - Ganho	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão	290
(+) Total de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante e não circulante	290
No passivo circulante e não circulante - Perda	
Contratos a termo de moeda (NDF) - Dólar - Balcão	428
(-) Total de instrumentos financeiros derivativos no passivo circulante e não circulante	428
Total de instrumentos financeiros derivativos	(138)

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A composição dos instrumentos financeiros designados para *hedge accounting* na data das demonstrações contábeis atuais, é como segue:

Controladora e Consolidado	Ativo	Passivo	Total em Valor Justo por meio do Resultado
Instrumentos Financeiros:			
Derivativos de câmbio - Opções / NDF	290	428	(138)
Variação cambial de contratos e financiamentos (Trade Finance)	61.090	42.178	18.912
	61.380	42.606	18.774

29.2 Riscos de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes, em aplicações financeiras e instrumentos derivativos realizados junto às instituições financeiras.

A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia.

Com relação ao risco de crédito da Companhia em relação a clientes, a gestão do risco no âmbito dos negócios de açúcar, etanol e energia é centrada no relacionamento formalizado com clientes-chave de grande porte. Para os demais negócios, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito, e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa (a)	3	140.988	50.136	183.930	85.672
Aplicações financeiras (b)	4	82.748	10.116	82.820	10.183
Contas a receber de clientes e outros créditos (c)		84.346	85.322	87.751	91.453
Mútuos com parte relacionadas	10	16.568	2.243	960	1.230
		324.650	147.817	355.461	188.538

a. Depósitos bancários

Esses montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

b. Aplicações financeiras

Os montantes são mantidos em instituições financeiras de primeira linha a fim de minimizar o risco de crédito trazido por essas operações.

c. Contas a receber de clientes e outros créditos

A administração busca mitigar o risco de inadimplência de sua carteira por meio de monitoramento e avaliação periódica individual de seus clientes.

Os critérios para aceitação de novos clientes incluem uma análise da condição financeira e perfil socioeconômico, com definição de limites de crédito e termos de pagamento. A análise dessas informações pela Companhia pode incluir *ratings* externos, quando disponíveis, e referências bancárias.

Os limites de crédito são estabelecidos para cada cliente, de forma individual, e representam o montante máximo de exposição aceito para aquele cliente. Esses limites são revistos sempre que necessário ou solicitado. Clientes que não possuem limites de crédito aprovados somente são atendidos mediante pagamento antecipado.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre o contas a receber de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração em face de eventuais perdas.

29.3 Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco de se encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Controladora

31/12/2025						
Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	127.459	127.459	127.459	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16 1.237.997	1.237.997	436.918	289.622	120.122	391.335
Mútuos com partes relacionadas	10 -	-	-	-	-	-
Total	1.365.456	1.365.456	564.377	289.622	120.122	391.335

31/03/2025

Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	94.424	94.424	94.424	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16 893.981	893.981	300.021	169.336	261.435	163.189
Mútuos com partes relacionadas	10 6.253	6.253	-	6.253	-	-
Total	994.658	994.658	394.445	175.589	261.435	163.189

Consolidado

31/12/2025						
Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	130.482	130.482	130.482	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16 1.469.634	1.469.634	443.977	295.049	143.151	587.457
Mútuos com partes relacionadas	10 1.500	1.500	-	1.500	-	-
Total	1.601.616	1.601.616	574.459	296.549	143.151	587.457

31/03/2025

Nota	Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	Até 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores e outras contas a pagar	95.992	95.992	95.992	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	16 1.127.300	1.127.300	305.988	175.325	281.971	364.016
Mútuos com partes relacionadas	10 600	600	-	600	-	-
Total	1.223.892	1.223.892	401.980	175.925	281.971	364.016

29.4 Riscos de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros internas e externas, incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e utiliza-se, quando necessário, de alguns instrumentos derivativos para mitigar estas oscilações. A exposição a esse risco está substancialmente relacionada a financiamentos e aplicações financeiras.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era, sem qualquer interferência de instrumentos de proteção, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	81.406	8.881	81.406	8.881
Passivo financeiros				
Financiamentos e empréstimos	1.237.997	893.981	1.469.634	1.127.299
Ativos (Passivos)	(1.156.591)	(885.100)	(1.388.228)	(1.118.418)

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia possui R\$ 81.406 de aplicações financeiras indexadas ao CDI e R\$ 702.858 de debêntures e financiamentos e empréstimos indexados à taxa pós-fixada, substancialmente CDI e IPCA. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais destas, sendo o cenário provável taxa média de juros efetivos do período. Os demais cenários consideram uma variação de 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das receitas e despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – Apreciação das Taxas - 2025

Instrumentos	Exposição 31/12/2025	Risco	Controladora					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	81.406	CDI	14,90	12.129	18,63	15.162	22,35	18.194
Passivos Financeiros								
Financiamentos	(596.271)	CDI	14,90	(88.844)	18,63	(111.056)	22,35	(133.267)
Financiamentos (IPCA)	(10.267)	IPCA	4,25	(437)	5,32	(546)	6,38	(655)
Debêntures	(96.319)	IPCA	4,25	(4.097)	5,32	(5.121)	6,38	(6.145)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(81.249)		(101.561)		(121.873)
Impacto no resultado e no patrimônio						(20.312)		(40.624)

Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)

Instrumentos	Exposição 31/12/2025	Risco	Consolidado					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	81.406	CDI	14,90	12.129	18,63	15.162	22,35	18.194
Passivos Financeiros								
Financiamentos (CDI)	(596.271)	CDI	14,90	(88.844)	18,63	(111.056)	22,35	(133.267)
Financiamentos (IPCA)	(240.520)	IPCA	4,25	(10.230)	5,32	(12.788)	6,38	(15.345)
Debêntures	(96.319)	IPCA	4,25	(4.097)	5,32	(5.121)	6,38	(6.145)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(91.042)		(113.803)		(136.563)
Impacto no resultado e no patrimônio						(22.761)		(45.521)

Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2025	Risco	Controladora					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	81.406	CDI	14,90	12.129	11,18	9.097	7,45	6.065
Passivos Financeiros								
Financiamentos	(596.271)	CDI	14,90	(88.844)	11,18	(66.633)	7,45	(44.422)
Financiamentos (IPCA)	(10.267)	IPCA	4,25	(437)	3,19	(328)	2,13	(218)
Debêntures	(96.319)	IPCA	4,25	(4.097)	3,19	(3.072)	2,13	(2.048)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(81.249)		(60.936)		(40.623)
Impacto no resultado e no patrimônio						20.313		40.626

Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)

Instrumentos	Exposição 31/12/2025	Risco	Consolidado					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	81.406	CDI	14,90	12.129	11,18	9.097	7,45	6.065
Passivos Financeiros								
Financiamentos (CDI)	(596.271)	CDI	14,90	(88.844)	11,18	(66.633)	7,45	(44.422)
Financiamentos (IPCA)	(240.520)	IPCA	4,25	(10.230)	3,19	(7.673)	2,13	(5.115)
Debêntures	(96.319)	IPCA	4,25	(4.097)	3,19	(3.073)	2,13	(2.048)
Resultado financeiro líquido (estimado)				(91.042)		(68.282)		(45.520)
Impacto no resultado e no patrimônio						22.760		45.522

Taxas de juros acumuladas 12 meses (até data base)

29.5 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Lei das Sociedades por Ações permite que ações sejam tomadas pela Companhia a fim de assegurar os objetivos acima mencionados.

30 - Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

30.1 Classificação

A classificação dos ativos e passivos financeiros é demonstrada nas tabelas a seguir:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/03/2025	31/12/2025	31/03/2025
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	140.988	50.136	183.930	85.672
Aplicações financeiras	Custo amortizado	82.748	10.116	82.820	10.183
Contas a receber de clientes e outros créditos	Custo amortizado	84.346	85.322	87.751	91.453
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	16.568	2.243	960	1.230
Total		324.650	147.817	355.461	188.538
Passivos					
Fornecedores e outras contas a pagar	Custo amortizado	127.459	94.425	130.482	95.992
Financiamentos e empréstimos	Custo amortizado	1.237.997	893.981	1.469.634	1.127.300
Arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar	Custo amortizado	723.238	692.123	723.238	692.124
Mútuos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	6.253	1.500	600
Total		2.088.694	1.686.782	2.324.854	1.916.016

31 - Valor Justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Nas demonstrações contábeis intermediárias atuais, não houve reclassificação de ativos e passivos ao valor justo de ou para o nível 1, 2 ou 3.

Controladora

	31/12/2025			31/03/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Ativos					
Ativos Biológicos	-	-	179.353	-	-	164.896
Total	-	-	179.353	-	-	164.896

Consolidado

	31/12/2025			31/03/2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Ativos					
Ativos Biológicos	-	-	179.353	-	-	164.896
Total	-	-	179.353	-	-	164.896

Outros ativos e passivos financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (impairment) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos.

32 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades, visando, entre outros objetivos, reduzir os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas consideradas suficientes (informações não auditadas) para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes na data das demonstrações contábeis atuais são:

Controladora e Consolidado

Item	Riscos Cobertos	Cobertura Máxima
Lucros Cessantes e Riscos Operacionais	L.C.: Não realização de lucros decorrentes de danos materiais em instalações, edificações, máquinas e equipamentos industriais e geração de energia. R.O.: Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques, máquinas e equipamentos agrícolas e industriais.	R\$ 425.875
Responsabilidade Civil	Proteção por erro ou reclamações no período da atividade profissional que afete terceiros.	R\$ 319.093
Responsabilidade Ambiental	Proteção para acidentes ambientais que possam levantar reclamações junto à legislação ambiental.	R\$ -

33 - Compromissos de compra

A Companhia possui diversos contratos de parceria agrícola de cana-de-açúcar com terceiros, no montante aproximado de 78.171(*) hectares em 2025 (74.362(*) hectares em 2024), para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. O percentual de parceria agrícola sobre a produção é calculado com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. Outros fatores como a proximidade da unidade industrial, a possibilidade de mecanização ou qualquer fator que minimize os custos da Companhia podem influenciar o percentual de parceria agrícola. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pela Consecana-SP para o Estado de São Paulo e Sindiáçúcar-AL para o Estado de Alagoas, pelo mix de produção da Companhia.

(*) Não auditado.

34 - Compromissos de vendas

A Companhia possui contratos no mercado com terceiros, por meio dos quais se compromete a vender seus produtos até a safra 2025/2026.

Em dezembro de 2025, os compromissos assumidos correspondiam às seguintes proporções da produção prevista:

- a. Açúcar: 79% da produção total prevista;
- b. Etanol: 57% da produção total prevista; e
- c. Energia elétrica: 100% da produção total prevista, aproximadamente 82.344 MWh por ano/safra.

35 – Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes passíveis de apresentação.